



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANA LOPES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL-
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**

SOUSA - PB
2016

CRISTIANA LOPES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE AÇÃO
SOCIAL- DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-
PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal de
Campina Grande- Campus Sousa-PB.

Orientadora: Prof. Palloma Maria Gomes Jácome

CRISTIANA LOPES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL-
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**

Data da defesa ____/____/____

Resultado:_____

Comissão examinadora

Prof. Palloma Maria Gomes Jácome (Orientadora)

Prof. Ms. Luan Gomes dos Santos de Oliveira

Assistente Social.Eliana Pereira Gadelha

SOUSA-PB
2016

Aos meus queridos pais, Antônio Lopes e Maria de Lourdes, por toda dedicação e amor, sempre me incentivando, que apesar de todas as dificuldades me ajudaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças nessa caminhada ao longo desses anos de curso. Com Ele tudo é possível.

Aos meus amados pais, Antônio Lopes e Maria de Lourdes, que apesar do pouco estudo, sempre me incentivaram, não medindo esforços para me ajudar.

A minha querida irmã Paula, que me acompanhou nessa trajetória, me incentivando e apoiando.

Ao meu namorado Janílson pela compreensão e paciência nos momentos de estresse.

A minha tia Lilia e a minha avó Conceição, ambas “in memoriam” que sempre estiveram ao meu lado torcendo por mim.

A minha amiga Suleide e Jany Rachel, por terem me acompanhado e apoiado durante todo esse percurso acadêmico.

A minha querida e amável orientadora acadêmica Palloma Jácome, pela atenção e contribuição, por todo conhecimento adquirido que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

A minha supervisora de campo Eliana Gadelha, por sua dedicação, sempre disposta a me ajudar durante os estágios, compartilhando experiências que foi de suma importância para a minha formação.

As minhas queridas amigas Janaina Diniz, Yara Santos, Janaina Santos e Leidiane, pois sem elas o curso não teria sido o mesmo. Passamos por momentos felizes e difíceis, mas que no final deu tudo certo e para sempre serão lembrados.

E aos demais amigos e familiares pela torcida, que de alguma forma me ajudou a chegar até aqui e que contribuíram para a finalização deste trabalho.

Não espere as pessoas morrerem, irem embora, não espere o definitivo bater na sua porta, nós não conhecemos a vida e não sabemos o que virá amanhã, viva como se fosse o último dia da sua história.

Padre Fábio de Mello

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a atuação do Serviço Social na Secretaria de Ação Social- Departamento de Habitação no município de Sousa-PB. O interesse pelo tema surgiu devido à experiência de estágio na instituição citada. O trabalho mostra a historicidade da questão urbana no Brasil, da política habitacional até chegar às particularidades da cidade de Sousa. Em seguida aborda sobre a inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho, a relação do Serviço Social com a questão urbana/ habitacional e os limites e dificuldades enfrentadas pela assistente social na instituição para implementar a política habitacional, este último é o principal objetivo da pesquisa. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico e de campo. Para a coleta dos dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a assistente social da referida instituição, a qual conseguimos evidenciar que a questão político partidária interfere na produção de moradias, pois não existe uma contrapartida do Estado com o município, deixando dessa forma de beneficiar a população que necessita da habitação. Visto que a moradia faz parte de um dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, mas trazendo para a realidade esse direito não está sendo respeitado. Assim, diante dessa dificuldade apontada pela profissional, faz-se necessário que a mesma tenha uma visão crítica diante dessa sociedade desigual perpassada por contradições, pensando em estratégias de enfrentamento, através de articulações com outras áreas para que os usuários dessa política possam ter acesso aos seus direitos, tendo em vista suas condições de vida, suas possibilidades de participação no processo de moradia.

Palavras- chave: Política Habitacional, Questão Urbana e Serviço Social.

ABSTRACT

The present work has as central theme actuation of Social Service in the Secretariat of Social Action- Department of housing in the town of Sousa-PB. The interest for the theme arose due to the experience of training in the institution mentioned. The work shows the historicity of the urban issue in Brazil, the housing policy until you get to the particularities of the town of Sousa. Then discusses the insertion of Social Service in division will undoubtedly help the work, the relationship of the Social Service with the urban question/ housing stock and the limits and difficulties faced by social assistant at the institution to implement housing politics, the latter is the main objective of the research. It is a study of bibliographic and field imprint. For data collection, we held a semi-structured interview with the social assistant from the said institution, which we were able to demonstrate that the issue to a political party interferes with production of villas, because there is no counterpart on the part of the State with the municipality, leaving this way of benefiting the population who need for housing. Since the villa is part of a constitutionally guaranteed social rights, but bringing to the reality that right is not being respected. Thus, in the face of this difficulty pointed by the professional, it is necessary that the same has a critical vision in the face of this unequal society fraught with contradictions, thinking in coping strategies, through articulations with other areas for which the users of this politics can have access to their rights, in view of their conditions of life, their possibilities of participation in the process of housing.

Keywords: Housing Politics, Urban Question and Social Services.

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação
CEPAM – Consultores de Planejamento e Administração Municipal
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
FCP – Fundação da Casa Popular
FMHIS- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU – Organização das Nações Unidas
PLANAB – Plano Nacional de Habitação
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
SIAB – Sistema de Informação e Atenção Básica
SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DISCUSSÃO HISTÓRICA SOBRE A QUESTÃO URBANA E POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL	14
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO URBANA NO BRASIL.....	14
2.2 A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL.....	21
3. SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO URBANA	30
3.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO	30
3.2 RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL	36
4. A PRÁTICA PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL DE SOUSA-PB	43
4.1 AS PARTICULARIDADES DA POLÍTICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB	43
4.2 OS LIMITES E POSSIBILIDADES ENCONTRADOS PELA ASSISTENTE SOCIAL NA HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	63

1. INTRODUÇÃO

A problemática da habitação é uma realidade existente em todo o Brasil, pois a ausência de moradia é bastante elevada, na qual grande parte da população vive nos grandes centros urbanos em condições precárias, onde a política habitacional está subordinada aos interesses do modo de produção capitalista. Diante desse agravamento dos problemas sociais, no tocante a essa política, a referida pesquisa visa discutir o exercício profissional do assistente social na área de habitação, do município de Sousa/PB.

O interesse pela temática abordada surgiu a partir da inserção no campo de estágio, que ocorreu na Secretaria de Ação Social- Departamento de Habitação do Município de Sousa- PB, nos anos letivos de 2013.2 e 2014.1. Mediante as experiências vivenciadas em campo, não só no que se refere a política habitacional no Brasil como também na cidade de Sousa/PB - o que impulsionou numa inquietação em compreender melhor como se desenvolve -, buscou-se aprofundar os reflexos ocasionados dessa política para o trabalho do Serviço Social no município, bem como a atuação do assistente social nessa área.

Vale salientar que é uma área relativamente nova, pois foi implantada recentemente no município de Sousa/PB, como também no Brasil. A política habitacional brasileira ainda é recente, onde o processo de urbanização acabou ocorrendo sem nenhum tipo de planejamento, havendo a omissão do Estado em relação à ocupação irregular do solo urbano, pois o mesmo estava a atender aos interesses do capital, o que acarretou em sérios problemas habitacionais relacionados à questão de moradia para a população pobre. (MARICATO, 2012)

O direito à moradia está garantido na Constituição Federal de 1988 como um dos direitos sociais, mas no tocante a realidade, isso é bem diferente, pois são inúmeras as dificuldades encontradas pelas famílias para adquirir a moradia.

Quando se refere à moradia, não é só ter a casa, mas significa contar com uma estrutura básica para sobreviver (água, saneamento básico, rede de esgoto e coleta de lixo), uma habitação de qualidade para a população. Segundo Ronilk (2011), um dos elementos principais para sair da teoria para a prática é assegurar o acesso à terra urbanizada e bem localizada. Para isso, é necessário subsídio e financiamento porque o custo de moradia é alto e a renda das pessoas é baixa. Principalmente pessoas sem nenhum poder aquisitivo. O grande problema da falta

de moradia para tantos não é só fruto de ausência de políticas públicas e sim de uma desigualdade social que se aprofunda com o modo de produção capitalista.

As reflexões tecidas ao longo desse trabalho estão fundamentadas numa perspectiva crítica da realidade social, a qual permite compreender a historicidade do objeto de estudo, a sua totalidade e suas contradições. O trabalho do assistente social na habitação não é tarefa fácil, visto os problemas encontrados, o que acaba inviabilizando o trabalho da profissional. Cabe ao Serviço Social atuar sobre as expressões da “questão social”, levando em consideração a habitação como ponto principal frente às demandas postas pela sociedade.

Para a materialização dessa pesquisa foram feitas estudos bibliográficos e documentais sobre assuntos relacionados à temática, além de uma pesquisa de campo, através de uma entrevista semiestruturada com a assistente social, com intuito de apreender os desafios que essa profissional enfrenta na habitação, onde as questões norteadoras foram: como se encontra organizada a política de habitação do município; as demandas postas a profissão; as dificuldades e desafios de trabalho; as contribuições do Serviço Social para a política de habitação; e como se dá o cotidiano profissional do profissional de Serviço Social.

Assim, o presente trabalho está dividido dessa forma: O primeiro capítulo faz uma discussão histórica sobre a questão urbana e a política de habitação no Brasil, fazendo uma análise de como se deu o processo de urbanização brasileira até chegar à política habitacional. O segundo capítulo introduz o debate acerca do Serviço Social, trabalho e questão urbana que vai trazer a discussão da inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e a relação entre o Serviço Social, questão urbana e habitação. Já o terceiro capítulo trata-se da prática profissional da assistente social na política habitacional no município de Sousa- PB, evidenciando as particularidades dessa política no município, além da entrevista com assistente social, na qual se buscou analisar os limites e possibilidades encontrados pela profissional na política habitacional.

Dentro dos limites de um trabalho de graduação, o presente estudo contribuirá para o âmbito científico, devido ser uma área ainda desconhecida, assim somará a bibliografias já existentes sobre a temática. Será de grande relevância para os sujeitos envolvidos na pesquisa, pois poderão ter acesso aos resultados e dessa forma refletirem sobre a possibilidade de se organizarem politicamente para reivindicar por melhorias habitacionais e trabalharem no enfrentamento dessa

problemática, fazendo-se necessário esclarecer o papel do assistente social nessa área como informar a população sobre os serviços oferecidos pela instituição para que os mesmos possam ter acesso.

2. DISCUSSÃO HISTÓRICA SOBRE A QUESTÃO URBANA E POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO URBANA NO BRASIL

As cidades brasileiras no início do século XX eram vistas como uma possibilidade de mudança e modernidade, diferente do campo que representava um Brasil arcaico. Alguns acontecimentos que ocorreram como a proclamação da República e a Abolição da escravatura não possibilitaram a superação da hegemonia agrária- exportadora que só ocorreu após revolução de 1930. Desta forma Maricato (2003) acrescenta que o processo de urbanização e industrialização irá ganhar um novo ritmo com a regulamentação do trabalho urbano (não extensiva ao campo), incentivo à industrialização, construção da infraestrutura industrial, entre outras medidas.

O processo de urbanização brasileiro como mencionado acima, se deu no século XX e ocorreu de forma avassaladora, pois não aconteceu da forma como muitos esperavam a modernização, os direitos e a cidadania aconteceram para alguns - não superando algumas características do período colonial como a concentração de terra, renda e poder, o coronelismo ou políticas de favores e aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2003).

Devido ao incentivo do Estado em relação a mudanças políticas ocorridas na década de 1930, acabou reforçando o processo migratório da população que morava no campo para a cidade. Santos (2012) sinaliza que esse período do ponto de vista econômico, representou a consolidação do capitalismo no Brasil, pois depois da abolição da escravatura, foi instaurado o trabalho assalariado como regime de trabalho no país.

Segundo Santos (2009), as idealizações da cidade em relação à modernidade e progresso não só pelo governo, mas pela sociedade brasileira, não se concretizaram, o como pleno emprego, assistência social providenciada pelo governo, oportunidades para os filhos, permaneceram apenas como expectativas para a grande parte da população rural e urbana.

O processo de industrialização que tomou grandes proporções na sociedade no início do século XX que fez com que boa parte da população do campo migrasse para a cidade, na busca de melhores condições de vida, acabou impulsionando um

crescimento significativo da população em várias cidades do país. Porém, não existiam ainda, políticas de governo que dessem conta da demanda habitacional para dar suporte ao povo que migrava do campo para a cidade, os mesmos começaram a ocupar áreas irregulares, desta forma começa a surgir mais expressões da “questão social” vinculadas a questão habitacional, esses problemas iam da má qualidade da moradia até os problemas de estrutura dos locais que essas habitações eram construída, o que influenciava diretamente para o processo de exclusão social¹.

De acordo com Maricato (2003), a imagem das cidades brasileiras no final do século XX vai estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros males. As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população imigrante e depois para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas.

O país é atravessado desde a época do Brasil colônia pela concentração de riqueza, e segundo Lefebvre (2008), a formação das cidades brasileiras está associada ao desenvolvimento capitalista, na qual podemos ver a materialização nos processos de trabalho e no espaço urbano. A sociedade brasileira possui um modelo econômico baseado na exploração, onde alguns detêm de toda a riqueza enquanto que a maioria da população está submetida à necessidade de trabalhar para se sustentar. Embora essa população trabalhe para ganhar um salário, não é suficiente para atender as suas necessidades básicas, pois as mesmas vivem em condições precárias e o salário não é equivalente ao preço das moradias. Esta relação torna-se expressão mais concreta da relação capital x trabalho da sociedade capitalista, da separação de classes.

A formação histórica do Brasil é perpassada por contradições, desigualdades e pela concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. O processo de formação das cidades brasileiras tem como característica as desigualdades sociais, onde a população em sua maioria é a mais prejudicada com tais consequências.

¹ [...] trata-se de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. “Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública...” (Aldaísa Sposatti, 1996 - Assistente Social). Disponível em: www.conteudoescola.com.br. Acesso em: 18/04/2016

Para Maricato (2015), os problemas urbanísticos estão relacionados com o processo de formação da sociedade brasileira a partir da intensificação da privatização da terra, fato ocorrido em 1850 e pela emergência do trabalhador livre em 1888.

“A questão fundiária, que ocupou um lugar central nos conflitos vividos pelo país, no século XIX, se referia fundamentalmente ao campo. A crescente generalização da propriedade privada da terra, a partir de 1850, com a confirmação do poder político dos grandes proprietários nas décadas seguintes, e a emergência do trabalhador livre, a partir de 1888, se deram antes da urbanização da sociedade” (MARICATO, 2008,p.18).

Com a abolição da escravatura e a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, um grande número de mão de obra livre passa a ser utilizada pelo mercado de trabalho, no entanto os salários que esses trabalhadores recebiam não era o suficiente para pagar moradias, o que os levou a ocupar áreas irregulares. Diante disso, Maricato (2015) afirma que aumento urbanístico que ocorreu com emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira sempre se deu pela exclusão social, pois as cidades ganharam nova dimensão e começam a surgir os problemas relacionados à habitação. Portanto, a exclusão social do espaço urbano não é desde hoje que acontece, na sociedade escravocrata a moradia era provida ao trabalhador, bem como os demais itens de subsistência, pelo patrão, e com o trabalho livre, o trabalhador a partir de seus recebimentos provê sua moradia e demais necessidades, dando origem assim, “ao problema da habitação”, Maricato,(2016).

As construções das habitações não ocorreram de forma planejada, geralmente ficavam nos arredores das cidades, em áreas bem periféricas, não havia preocupação com a urbanização, porém com a especulação imobiliária, as autoridades preocupavam-se com o embelezamento da cidade, e não com a situação em que se encontrava a população que viviam em condições de pobreza. O Estado não intervia nessas, mantendo-se omissivo, pois havia interesse na manutenção do comércio e indústria com mão-de-obra barata, por exemplo.

Observa-se que, atualmente esse processo de configuração em relação às cidades não teve a preocupação de atender a população pobre, que não possuía recursos para ter acesso a propriedade, mas tinha todo um interesse urbanístico por trás que se dava por meios de investimentos privados, e de quem pudesse adquiri-las.

A partir dos anos de 1940-1950, segundo Santos (2009), a lógica da industrialização não pode ser entendida apenas como criação de atividades industriais nos lugares, mas como processo social complexo, na qual está incluso tanto a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado. Neste período vai se ter a expansão do consumo nas mais diversas formas, o que acaba contribuindo para o processo de urbanização. Esse período vai ser marcado pelo aumento das pessoas do campo para cidade, em busca de emprego e melhores condições de vida, mas essa população se depara na cidade com baixos salários, onde para a mesmo não lhes resta outra saída senão ocupar periferias e favelas.

Ainda na década de 1950 com a expansão dos bens de consumo como os eletrônicos e os automóveis, vão ser responsáveis pelas transformações no modo da vida população como também vai incidir nos processos relacionados a habitação e nas cidades. Como afirma Maricato (2015), estes retratam elementos importantes que caracterizaram o processo de aceleração da urbanização – frente ao período de industrialização. Assim Silva (1998), acrescenta que esse desenvolvimento industrial possibilitou não só os a criação de empregos urbanos de forma direta, como também trouxe mudanças significativas na estrutura agrária e a introdução de novas tecnologias em “em determinados seguimentos da infraestrutura, como transporte comunicações e energia” (SILVA, 1998,p.24).

Nos anos de 1960 sob o regime militar, a sociedade brasileira vive um momento histórico peculiar, em que seus direitos conquistados pelos trabalhadores foram perdidos, além do aumento dos níveis de exploração do trabalho.

Foi durante o regime militar de 1964 que foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), onde se integrou ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que conforme Maricato (2008), a criação dos mesmos foi importante para o entendimento de mudanças, na qual se configurou as cidades. Os investimentos na construção civil estavam voltados para a população média e alta e a expansão do mercado imobiliário. Desta forma, a maioria da população não teve o acesso à moradia, pois as mesmas não tinham condições de comprar, em virtude dos salários muitos baixos, não lhes restando outra opção senão ocupar áreas irregulares.

A partir dos anos de 1980, Segundo Maricato (2015), tem-se um aumento das cidades com porte médio, com população entre 100.000 e 500.000, houve um crescimento de 1,91%, enquanto que as metrópoles acima de 500.000 cresceram

1,41%, mostrando que as mesmas não apresentam as maiores taxas de crescimento urbano de acordo com dados do IBGE (2000). Mesmo com essa desaceleração urbanística das metrópoles, as suas periferias continuam a crescer aceleradamente, enquanto que seus centros históricos tendem a esvaziar-se.

Com o crescimento das periferias urbanas nos anos de 1980, Maricato (2003) afirma que vai haver uma disseminação da pobreza e que tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, onde as ocupações do solo e a expropriação urbana representam uma situação inédita nesse país.

A década de 1980 foi marcada pelo agravamento das péssimas condições de vida dos mais pobres, onde a violência urbana e o desemprego vão crescer durante esse período. Nesse sentido, Silva (1993) diz que,

Sem ter condições de melhoria a partir de seu próprio trabalho e com dificuldades crescentes de conseguir emprego ou renda, trabalhadores pobres, particularmente algumas parcelas do segmento de jovens, preferiram a transgressão da lei, para alguns a única forma de modificar seu status social. Nos anos 80, este fenômeno emergia sob a denominação de pobreza – pelo menos a visibilidade aqui era maior, pois ela se transformava de rural em urbana e desta em metropolitana (SILVA, p.64).

Maricato (2003, p.152) reafirma quando aponta que “a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma.” Para a autora, a população que vive nas periferias tem dificuldades ao acesso a serviços relacionados à infraestrutura urbana, menos oportunidades de emprego, sofrerá discriminação racial, estarão mais expostos a violência entres outros fatores. O que podemos perceber é o aumento das desigualdades sociais.

Muitos trabalhadores foram excluídos do mercado imobiliário, devido aos seus baixos salários, os mesmos buscaram a favela como forma de moradia (Maricato, 2003). Trata-se de uma alternativa que a classe trabalhadora encontra para habitar na cidade. Nesse sentido, Ribeiro e Pechman (1985, p.9) afirmam que, “[...]grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado de produção de moradias”. Isso acontece, por causa da distribuição de renda que ocorre de forma desigual na economia e também ao elevado preço da moradia no Brasil.

De acordo com Rolnik (1995), a ocupação dessas áreas ilegais é a única forma que a população encontra para conseguir morar em uma cidade com um alto custo de vida - e esse tipo de habitação só tende a crescer. A autora ainda enfatiza, ao tratar da relação contraditória e capitalista que existe entre os salários dos empregados e o alto lucro do capital, em que torna impossível requerer que todos possam adquirir uma moradia, ou ao menos um aluguel que seja digno e/ou confortável para viver.

Para Maricato (2003) tem-se certa tolerância do Estado em relação a essas ocupações ilegais, principalmente dos governos municipais que cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo. O que ocorre é que a maioria da população desconhece seus direitos. Essa falta de conhecimento acaba favorecendo determinados grupos políticos, que se aproveita da situação para angariar votos, na qual se constitui numa inesgotável fonte para o clientelismo político. Trata-se do sucateamento dos serviços públicos e impasses ao seu acesso. Como a própria Maricato (2003) nos diz sobre a tolerância do Estado, no que se refere as ocupações ilegais, não representa uma forma de respeito as pessoas carentes que não possui moradia, pois a ocupação das mesmas nessas áreas compromete os mananciais de água, além do que esses locais não apresentam serviços públicos urbanos e, ainda representa riscos de vida, pois pode ocorrer desmoronamentos, dificultando a instalação de redes água e redes de esgotos, dessa forma tornando impossível e cara a urbanização futuramente.

No Brasil, o processo de industrialização se deu com salários deprimidos e grande parte dos trabalhadores não conseguiu integrar o mercado do trabalho formal como também a moradia não é obtida dessa forma. Trabalhadores empregados na indústria fordista não têm poder aquisitivo suficiente para poder adquirir moradia via mercado legal privado assim como a classe média tem dificuldades de acesso ao mercado imobiliário residencial. Até mesmo trabalhadores empregados como bancários, professores secundários, policiais civis e militares ou outros funcionários públicos não ganham o suficiente para se fazer financiamentos. Devido ao mercado legal não atingir as rendas médias, isso implica na inviabilização de políticas públicas que estão voltadas para as faixas de menor renda que ganham cinco salários mínimos para baixo, onde é concentrado o déficit habitacional brasileiro (MARICATO,2016).

Esses tipos de alternativas habitacionais, como favelas e loteamentos ilegais, tendem a crescer, devido à falta de propostas por parte dos governos e do mercado privado. De acordo com Guerra (2014), as desigualdades sociais tendem a aumentar nos espaços urbanísticos, o que podemos visualizar é um agravamento dos problemas urbanos, onde de um lado nas cidades, em áreas nobres tem investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, enquanto que do outro lado, em segmentos pauperizados da população há um precariedade e ausência de elementos básicos de urbanização.

O crescimento da “população urbana tem se traduzido, dentre outros, no aumento das zonas de habitação precária e de favelas, pela presença crescente de “moradores de rua”, a chamada população em situação de rua”, que circunscreve um grupo amplo e heterogêneo de trabalhadores integrantes da superpopulação relativa, muitos dos quais figuram dentre aquelas supérfluos para o capital (GUERRA, 2014, p.206).

Em épocas de eleições, o acesso a melhorias de serviços urbanos pela maioria dos trabalhadores que moram na periferia das cidades se torna fonte de clientelismo político, é quando os votos do morador dessas áreas ganham importância (MARICATO, 2003).

A população que mora nas favelas e nos bairros populares, não está dissociada dos fluxos de mundialização, pois essas áreas são invadidas pelos mais variados produtos que circulam no mercado mundial, os mesmos estão inseridos na dinâmica global de acumulação do capital, mesmo que em seus bairros faltem serviços e bens públicos essenciais, capazes de interferir nas condições de vida deles (GUERRA, 2014).

Para Guerra (2014), há uma diversidade na rede urbana brasileira, pois há cidades com realidades socioeconômicas e históricas distintas, há uma grande desigualdade e nas condições e no acesso a serviços urbanos e infraestrutura, se fizermos uma comparação da realidade das metrópoles do sul e sudeste com aquelas de capitais do Nordeste e do norte do país. É grande a desvantagem das cidades do Norte e Nordeste que acumularam déficits históricos de infraestrutura, equipamentos e serviços em um contexto de urbanização que ocorreu de forma intensa e acelerada em relação às regiões do Sul e Sudeste. A questão urbana se complexifica no século XXI no Brasil, pois por um lado temos áreas extremamente

precárias e pobres e, por outros bairros ricos, marcados pela modernização e concentração de riqueza.

O Estado intervém de forma a beneficiar o capital em detrimento das necessidades da população urbana que busca por uma moradia digna que atenda a seus anseios. Nesse sentido, Ribeiro e Pechman falam que, “como a compatibilidade de interesses é contraditória, os interesses a serem preservados serão os do capital, deixando ao trabalho um legado de exploração e miséria” (1985, p.68).

O processo de configuração das cidades não atendeu a toda a população, mas seus interesses estavam voltados para aqueles que pudessem adquiri-las, excluindo a grande parte da população que não tinha condições de conseguir comprar propriedades. Vivemos em uma sociedade antagônica, desigual, onde de um lado, temos aqueles que têm acesso a bens e serviços e que podem pagar pela moradia, enquanto que outros têm somente sua força de trabalho para vender em troca de um salário que é insuficiente para os mesmos viverem, de forma a atender suas necessidades básicas e que desta forma também não tem possibilidades financeiras de adquirir uma moradia. Portanto, a formação das cidades brasileiras não absorveu a todo o contingente populacional que migrou do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Os salários desses trabalhadores não eram compatíveis com os valores das moradias formais, o que levou os mesmos a ocuparem áreas irregulares.

2.2 A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

Diante do que foi exposto sobre o processo de urbanização brasileiro, faz necessário entendermos de que forma se organizou a política habitacional no Brasil.

O planejamento habitacional é recente, onde o processo urbano no país aconteceu de forma dramática, sem nenhum tipo de organização, o que havia era uma preocupação em investir com o embelezamento e modernidade das cidades que ficam nas áreas centrais, favorecendo o grande capital imobiliário. (MARICATO apud GOMES, 2008, p.23).

O modelo de urbanização brasileira se deu de forma excludente, deixando grande parte da população fora desse planejamento, o que as levou a ocupar áreas impróprias para moradias. O processo de configuração das cidades de forma

desordenada, ocasionou inúmeros problemas urbanos, pois os interesses estavam voltados para atender o mercado imobiliário, para quem tem acesso e não em garantir o direito a moradia para toda a população.

Nos governos da República Velha (1889-1930), as iniciativas no sentido de produzir habitação eram praticamente nulas, pois o Estado privilegiava a produção privada, suas iniciativas se restringiam a repressão em situações mais graves de insalubridade, via legislação sanitária e ação policial, e à concessão de isenções fiscais, na qual os proprietários de casas de locação acabavam sendo beneficiados e com isso ampliando a sua rentabilidade (BONDUKI, 1994).

A produção de moradia operaria correspondente ao início do regime republicano era exercida pela iniciativa privada que tinha por objetivo obter rendimentos investimento na construção ou aquisição de casas de aluguel. [...] “a valorização imobiliária era acentuada e se constituía numa importante opção de investimento para reserva de valor, na ausência de um mercado de capitais” (BONDUKI, 1994, p.712).

Nesse período, não existia qualquer tipo de financiamento para a aquisição da casa própria. Começou a se produzir diversas soluções habitacionais de aluguel para os vários segmentos sociais, como a autora supramencionada afirma em relação a essa capacidade de pagamento do aluguel, como cortiço, pequenas moradias ou cômodos insalubres, casas em torno de vilas, até “palacetes padronizados” para a classe média.

O Estado não intervir nos valores dos aluguéis, este último ficava a livre negociação entre os locadores e os inquilinos, nem tão pouco intervir na produção de moradias, isto é, não assumia suas responsabilidades enquanto instituição pública e nem a população atribua essa função do mesmo ser responsável no que a tange a questão da moradia.

No período da República Velha, o Estado concedia favores a iniciativa privada para que a mesma construísse moradias a população com aluguéis mais baixos, a lógica era fazer com que os particulares investissem em moradias enquanto que o governo não podia construir casas para os operários. Nessa época por incentivo do poder público são construídas vilas operarias pelos próprios industriais para servirem de moradias a seus empregados. A criação dessas vilas tinha por objetivo manter o controle ideológico e político dos trabalhadores, temendo uma revolta por

parte dos mesmos. Essa era a lógica do Estado e da elite dominante na República Velha.

Segundo Bonduki (1994), as iniciativas de construção das vilas tiveram grande impacto em várias cidades brasileiras, pois as mesmas foram os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construído no país. Os industriais responsáveis pela construção das vilas, tinha por objetivo rentabilizar seus capitais já que o aluguel dessas casas era um negócio bastante lucrativo para os mesmos.

Nos anos de 1930 tem uma mudança em relação ao Estado na forma de intervir na economia e na regulação das relações de trabalho e do capital. Segundo Ribeiro e Pechman (1985), com a destruição da manufatura rural e o desenvolvimento da grande indústria vai gerar de um lado, um grande fluxo migratório populacional e de outro a criação de uma grande quantidade de empregos na cidade. Ainda conforme o que foi dito, “a emergência da grande indústria produzirá um intenso processo de renovação urbana, realizado tanto pelas próprias empresas quanto pelo Estado” (RIBEIRO; PECHMAN, 1985,p.20).

Já que no período republicano o Estado atendia aos interesses da economia agroexportadora, vai haver uma mudança devido ao desenvolvimento da indústria, onde o poder público tem que modificar sua base de sustentação devido à incorporação de novos setores sociais, entre as quais podemos destacar as grandes massas populares urbanas, é elas que vão garantir a legitimidade do novo Estado brasileiro.

Conforme Bonduki (1994), as intervenções do Estado no que se refere à questão habitacional tem por objetivos de tornar ampla a legitimidade do regime como também possibilitar ao capital uma maior acumulação no setor urbano por meio da diminuição do custo de reprodução da força de trabalho.

A questão habitacional é um grave problema a ser enfrentado pela classe trabalhadora, visto que o aluguel das moradias consome uma parte do salário, só que não houve uma implementação de uma política habitacional que fosse coerente e articulada, ou seja, uma estratégia que enfrentasse o problema em todos os seus aspectos como regulamentação do mercado de locação, financiamento habitacional, gestão dos empreendimentos e política fundiária, como também não houve uma articulação entre os órgãos e ministérios que interferissem na questão (BONDUKI, 1994).

O poder estatal passa a intervir na questão habitacional na produção de moradias como a criação em 1937 das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), seguidas pela instituição da Fundação da Casa Popular, em 1946, foi outra iniciativa relevante dos governos populistas no sentido da habitação social. Não se pode esquecer-se da Lei do inquilinato que foi uma das medidas tomadas pelo governo em 1942 no congelamento dos aluguéis que tinha por objetivos diminuir o custo de reprodução da força de trabalho para as empresas capitalistas poderem acumular. “Neste sentido, a lei do inquilinato servia excepcionalmente ao modelo de desenvolvimento econômico [...]” (BONDUKI, 1994, p.721).

Segundo Bonduki (1994), os IAPS e a FCP tinham um mesmo objetivo, que era viabilizar a construção da habitação, porém existiam diferenças entre elas. Os IAPs tinham por função o garantir as pensões e aposentadorias aos associados enquanto que a FCP tinha por objetivo a construção de moradias para a população de baixa renda. Só que devido um período de inflação muito alta e a predominância de uma visão clientelista e paternalista acabou inviabilizando a capacidade de ação dessas instituições. Em relação à questão da expansão periférica não houve uma intervenção estatal, onde se limitou apenas no acesso da propriedade dos compradores dos lotes enquanto que outros aspectos como a exigência de padrões mínimos de urbanização, o Estado se manteve ausente permitindo qualquer tipo de assentamento habitacional como uma forma de superar a crise de habitação.

[...] o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos da cidade (RONILK, 1995, p.70).

O Estado intervém na questão habitacional, mas de forma a beneficiar o grande capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Conforme Botega (2008), entre os anos de 1940 e 1960 as aquisições da casa própria eram feitas por meio da oferta do crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) ou por bancos incorporadores imobiliários.

No período da Ditadura Militar em 1964, o governo cria o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação que foram importantes instituições,

na qual ajudou a entendermos o processo de mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, onde o padrão de produção vai ser o investimento na construção civil, tendo como prioridades atender as pessoas com maior poder aquisitivo e a expansão do mercado imobiliário, assim deixando de lado as construções de habitações populares (BOTEGA, 2008).

De acordo com Maricato (1987), a crise do SFH/BNH ocorreu, porque os mesmos ignoraram a população que obtinham rendimentos menores e tratar a habitação como uma mercadoria que produzia e comercializava conforme queria o capital.

Houve a exclusão da maior parte da população que são de trabalhadores assalariados que não tinham condições de aquisição da casa própria levando-os áreas de terra irregular para moradia que chegam a superar as ocupações regulares. O Estado permite isso para que os trabalhadores atendam às suas necessidades de forma a viabilizar a reprodução barata da força de trabalho para beneficiar o grande capital. “O Estado exclui desse mercado a maior parte da população submetida ao arrocho salarial”. (MARICATO, 1987, p.31)

Nos anos de 1970, alguns movimentos urbanos sociais entram em cena em torno da luta pela moradia, reivindicando por melhores condições de vida. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana vem avançando em termos de conquistas e vitórias, na qual nos anos de 1980 é aprovado na constituinte a criação do Fórum Nacional pela Reforma Urbana que com a pressão da mesma foi aprovada a Lei Federal 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamentou os capítulos 182 e 183 da Constituição Federal, esta lei estabelece uma nova base jurídica para o tratamento da propriedade urbana (MARICATO, 2011).

O Estatuto da Cidade instituiu diretrizes e instrumentos, de cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, do direito à cidade e da gestão democrática das cidades. (RONILK; CYMBALISTA; NAKANO, 2008)

Outra conquista dos movimentos sociais urbanos foi a criação do Ministério das cidades no ano de 2003, que representou um avanço em termos de política habitacional em resposta a um preenchimento de vazio institucional, onde a questão urbana passou a ser conhecida como uma questão nacional por parte do governo federal. Devido a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a política habitacional encontra-se descentralizada, pois os municípios tiveram seu papel fortalecido e consolidado no planejamento e gestão das cidades. Só que os problemas urbanos

Relacionados à questão habitacional tem que papel relevante pelo governo federal, pois é necessário que haja uma intervenção nacional que tratem da complexidade da problemática urbano-metropolitana no país (MARICATO; JÚNIOR,2006).

Outras conquistas ao longo desses anos dos movimentos urbanos, nas quais podemos citar:

[...] a realização da Conferência Nacional das Cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa de Regularização Fundiária em nível federal em 2004, a Lei Federal 11.445/07, que institui o marco regulatório do Saneamento ambiental , a Lei Federal 11.107, de 2005, dos consórcios públicos, a Lei Federal 11.124/05, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a instituição em 2006 deste fundo, Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, a proposta para instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, atualmente no Congresso Nacional, e o Programa de Aceleração do crescimento (PAC) da Habitação e do Saneamento em 2007 (MARICATO, 2011, p.94).

Embora os movimentos sociais tenham obtido conquistas importantes como as citadas anteriormente, não houve uma melhora no processo de urbanização das cidades, pelo contrário, houve uma piora dos problemas sociais. Maricato (2011, p.77) enfatiza que “a ausência de controle social sobre o uso e ocupação do solo - questão central para garantir justiça social e preservação ambiental”.

Ainda segundo a autora acima, as cidades estão desta forma não é por falta de leis ou planos, tudo depende de quem está envolvida nesse jogo de interesses, ou seja, quando um patrimônio público se torna atrativo para pessoas de alto poder aquisitivo, algumas prefeituras e câmaras municipais acabam viabilizando a privatização do mesmo aprovando leis locais, contrariando a lei federal. Desta forma, não é só os pobres que ocupam áreas ilegais, mas também pessoas abastadas da sociedade.” [...] Juízes, promotores do Ministério Público, autoridades de todos os níveis de governo moram em loteamentos fechados, usufruem privadamente de áreas verdes públicas” (MARICATO, 2011,p.188).

Com o processo de financiamento do capital, devido à crise financeira a política habitacional de moradia se transforma em política mercantil, onde há uma desarticulação da política de ordenamento territorial e fundiária destinada à terra de moradia popular, e com isso se tem um aumento do valor das terras e imóveis. O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa industrial que nega os direitos conquistados relacionados à cidade, moradia e cidadania (RONILK, 2015).

O financiamento diretamente para as construtoras, como estímulo à produção habitacional de mercado, se transformou em um enorme mecanismo de transferência de subsídios públicos, do orçamento estatal, para o preço da terra e dos imóveis em uma conjuntura sem controle algum sobre o processo de especulação imobiliária (Ronilk, 2015, s/p).

O governo federal em parceria com 11 empresas que estavam passando por dificuldades devido à crise e para que as mesmas não falissem é lançado o PMCMV, com o intuito de garantir a continuidade de um novo nível de acumulação para a produção imobiliária residencial no país. Só que as construções habitacionais desse programa ficam em locais inadequados como também o valor do preço da terra e imóveis aumentou o que impactou de forma negativa sobre as cidades, além de que a maior parte da localização dessas moradias não obedecia a uma orientação pública era determinada por agentes do mercado imobiliário (MARICATO, 2011).

A questão habitacional no Brasil é um problema a ser superado devido a insuficiência de terras urbanizadas e preços acessíveis de moradia para a população de baixa renda.

De acordo com dados do IPEA (2013) apesar de o déficit habitacional ter registrado queda entre 2007 e 2012 de 10% para 8,53%, essa redução foi bem menor nas camadas mais pobres que ganha até três salários mínimos que passou de 70,7% em 2007 para 73,6% em 2012. Além disso, houve uma elevação do valor do aluguel que passou de 1,75 milhões de domicílios para 2,293 milhões (aumento aproximado de 30% em cinco anos), o que compromete em mais de 30% a renda familiar.

Ainda de acordo com dados do IBGE (2011), houve um aumento do número de pessoas que vivem em favelas, palafitas ou em assentamentos irregulares que passou de 3,5 milhões em 2000 para 10,4 milhões em 2010, ou seja houve um aumento do número de pessoas que vivem em habitações inadequadas. Conforme Rolnik (2015), o aumento do número de favelas é um dos principais indicadores relacionado ao problema habitacional no Brasil. Isso acontece devido a dificuldades de acesso à terra que estão cada vez mais caras levando a população de baixa renda a ocupar áreas irregulares.

Apesar de o Brasil ter conseguido avançar através de obtenção de algumas conquistas como já falado anteriormente, o problema da habitação ainda continua

uma questão a ser superada, visto que as pessoas não conseguiram se emancipar vive com condições de moradia precárias, sendo cada vez mais excluídos, pois os mesmos não têm acesso a bens e serviços, devido à falta de recursos, levando-os a ocupar áreas cada vez mais distantes, precárias e perigosas.

Os problemas relacionados à habitação estão cada vez intensificados, as cidades não conseguem comportar o número de pessoas que chegam, essa desenfreada expansão urbana faz com que se intensifiquem os conflitos urbanos com o aumento da violência urbana, das desigualdades sociais entre outros fatores.

A política habitacional brasileira é recente e foi por muito tempo o Estado permaneceu negligente a todas as formas de ocupação do solo, não buscando soluções para o enfrentamento do problema, e assim uma melhor qualidade de vida a população pobre que não conseguiu adquirir a casa própria por falta de recursos. Essas pessoas são as expressões concretas da “questão social”, pois são vítimas de um país, onde a distribuição de renda é desigual, onde, essa desigualdade social é oriunda do modo de produção capitalista, ainda respalda numa política neoliberal, onde o Estado desresponsabiliza-se de suas funções, transferindo a responsabilidade de saúde, educação, segurança pública e outros, para o setor privado. Essa desresponsabilização só agrava o quadro das expressões da “Questão Social”. Sobre isso Raichelis destaca “A população pobre é identificada por mecanismos cada vez mais sofisticados de focalização, e a situação de pobreza de seus beneficiários é condição de acesso aos serviços” (2006,p.27).

Quando nos referimos à habitação, isso não quer dizer somente a casa, mas a todo um conjunto de possibilidades para que a população viva bem, como ter acesso a mobilidade urbana, a educação de qualidade, a emprego, lazer, enfim todos os recursos necessários que venham a promover a cidadania dos mesmos.

Diante do que foi exposto, podemos evidenciar que política nacional de habitação vem para dar respaldo aos cidadãos no processo de reforma urbana, propondo o enfrentamento aos diversos problemas encontrados na sociedade dando prioridade a população de baixa renda, sendo necessária uma política fundiária para se ter uma maior democratização e atendendo as necessidades rurais, e também articular políticas para gerar e financiar as políticas urbanas que estão direcionadas ao consumo de serviços e bens coletivos. Porém devido ao amadurecimento do modo de produção capitalista, os problemas relacionados a questão urbana tem se

agravado e a política habitacional está voltada mais para atender os interesses do capital do que do trabalho.

3. SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO URBANA

3.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO

Devido à crise do modelo fordista que ocorreu nos anos de 1970, na qual acarretou em transformações no mundo do trabalho, como a flexibilização do trabalho e dos direitos sociais com redefinição no âmbito do Estado e das políticas públicas, foram formas encontradas pelo capital para enfrentar a crise diante dos seus processos de mundialização e financiamento (RAICHELIS, 2011).

O modelo fordista/ taylorista de produção tinha como características o trabalho repetitivo, o processo de produção em massa de mercadorias só que vai haver uma mudança desse processo de trabalho para o modelo toyotista. A reestruturação produtiva só ocorreu de fato, devido aos avanços proporcionados pelas inovações tecnológicas que possibilitou maior eficiência no processo produtivo. No processo de trabalho, com a flexibilização, o trabalhador é capaz de realizar a função de dezenas de trabalhadores.

Há também um redimensionamento no papel do Estado, tendo por objetivo a acumulação do capital em detrimento das necessidades da classe trabalhadora. Nos anos de 1990 com o neoliberalismo se intensifica mais ainda a precariedade e a flexibilização enquanto características estruturais do mercado de trabalho no Brasil. O que se percebe é um desmonte dos direitos sociais da classe trabalhadora, afetando fortemente o seu movimento sindical e operário. Com essa forma de flexibilização do trabalho, o capital busca controlar o movimento operário e a luta de classes (ANTUNES,2000).

Dessa maneira, as políticas públicas com a introdução do neoliberalismo e com o processo de reestruturação produtiva são compensatórias e destinadas a determinados grupos, ou seja, as camadas mais pobres, numa forma de ter o controle sobre elas e garantir o estado vigente. Os direitos e garantias sociais, frutos de um processo histórico de luta da classe trabalhadora vão ser desregulamentadas havendo o favorecimento do grande capital que necessita de um exército industrial de reserva, mantendo os salários a um baixo custo e intensificando a exploração do trabalho, ampliando a extração da mais- valia e, assim favorecendo uma distribuição desigual da riqueza na sociedade capitalista.

Ainda conforme Raichelis (2011), essas transformações ocorridas no trabalho e na vida social dos trabalhadores é um processo complexo que não atingiu somente estes últimos, mas também o conjunto dos assalariados e dos grupos sociais que vivem do trabalho. O que podemos perceber nessas transformações é uma precarização/flexibilização do trabalho e ao mesmo tempo uma valorização do lucro e o incentivo a competitividade além de programas de responsabilidade social, desresponsabilizando o Estado de suas funções.

Isso acontece no contexto de reestruturação produtiva e políticas neoliberais, onde essa precarização e flexibilização do trabalho vai atingir também o trabalho do assistente social, como acrescenta Raichelis (2011), o profissional vai se sentir inseguro em relação ao emprego, as formas de contratação vão ser precárias, vai haver diminuição dos salários entre outros fatores, isso reflete nos diversos espaços institucionais em que o mesmo se insere.

Diante dessas transformações e redefinições do mundo do trabalho hoje, surgem novas demandas e configurações que expressam nos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais.

A contribuição de autores como Yamamoto e Carvalho foi importante, pois permitiu ao Serviço Social romper com o conservadorismo de sua origem, pois a profissão passou a ter um novo direcionamento na sua interpretação teórica a partir da sua interlocução com a teoria social crítica de Marx.

Ainda conforme Raichelis (2011), fazer uma afirmação do Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, é necessário que problematize de como se dar a compra e venda da força de trabalho dos diversos tipos de empregadores como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. É importante o desvendamento das particularidades da profissão como parte do trabalho coletivo, já que o trabalho não é uma ação isolada de um indivíduo.

O Serviço Social surge na sociedade capitalista no estágio monopolista, onde o Estado passa a intervir nas expressões da “questão social” através de políticas sociais. “O Estado passa a administrar as expressões da “questão social” que é fragmentada e parcializada a partir de suas sequelas metamorfoseadas em problemas sociais” (IAMAMOTO, 2011. P. 170).

No cenário de contra reforma do Estado e do ingresso da política neoliberal temos o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora. Na medida em

que a “questão social” se intensifica, a classe trabalhadora vai sofrer todos os impactos devido à mudança ocorrida no mundo do trabalho, os essa população vai ser cada vez mais massacrada pelo mercado. Iremos ter um avanço das forças produtivas versus o retrocesso das condições de sobrevivência do trabalhador; contradição – à medida que se produz riqueza se produz pobreza; intensificação da exploração da força de trabalho. Temos a elevação da jornada de trabalho e um salário que não atende as suas necessidades como deveria (CEOLIN, 2014).

O capital vai atender as necessidades do lucro, tudo é movido em torno deste último e é desta forma que o capital vai se expressando, havendo um retrocesso das condições de sobrevivência. O homem se torna mercadoria no processo de produção e reprodução do sistema capitalista, as coisas superam o ser humano. No processo da produção, o homem se fragmenta, pois não tem conhecimento da produção, daquilo que ele produziu, não tem acesso ao produto que ele mesmo criou e a riqueza que ele produziu é para outrem. As relações sociais são coisificadas pelo sistema capitalista como se fossem relações entre coisas e não entre os homens. No modo de produção capitalista, o processo de trabalho humano produz mercadoria como transforma o próprio homem em mercadoria.

A “questão social” surge a partir do desenvolvimento da classe burguesa, são expressões das contradições do modo de produção capitalista que vão se manifestar tanto do pauperismo quanto no ingresso da classe trabalhadora no cenário político.

Com a industrialização vai se produzindo novas manifestações da “questão social”, fazendo com que a pobreza se agrave, produto de um processo desigual entre as classes. A medida que há um aumento da riqueza, há também um aumento da pobreza. Os níveis de exploração e desigualdade vão se agravando. As separações entre as duas classes se tornam mais visíveis e acentuadas. Tudo isso vai se tornar um conjunto de contradições e antagonismos inelimináveis da ordem burguesa. O capitalismo produz a distinção entre modos de viver e trabalhar. O capitalismo não responde as necessidades de todos, ele é explorador, é sustentado pelo conjunto de contradições entre as classes (YAZBEK, 2012).

A emersão do sistema capitalista está atrelada a questão social, se produz a acumulação, as problemáticas sociais e as contradições entre as classes. A questão social é a expressão das desigualdades sociais próprias do sistema capitalista. Não podemos enxergá-las como um conjunto de problemáticas, mas a partir de seus

desdobramentos políticos como a classe trabalhadora que ingressa no cenário político, exigindo que as suas necessidades sociais e políticas sejam atendidas.

Iamamoto (2012) deixa claro que a “questão social” não é a desigualdade entre pobres e ricos, mas é compreender a gênese das desigualdades sociais, em um contexto de acumulação do capital que pensa apenas no lucro, havendo o aumento da violência, da pobreza e exclusão social como também “decifrar a questão social, demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionados pelos indivíduos a questão social” (IAMAMOTO, 2012, p.59).

Com a mundialização do capital, o mercado passa a regular as relações sociais, impulsionando a competição e o individualismo, desarticulando as formas de lutas e negociação coletiva. A pobreza passa a ser extrema, onde vai ter o aumento do desemprego, a desregulamentação e a informatização das relações de trabalho. O Estado vai intervir, mas de forma mínima, vai se ter destaque as políticas sociais que está voltada para o consenso entre as classes.

Para Iamamoto (2012), as políticas sociais são uma determinação fundamental na constituição da profissão, porém as mesmas por si não explicam a questão social, são uma das respostas que se dá a questão social, onde a mesma é determinante como um dos pólos principais da formação e do trabalho profissional. Para a autora, o Serviço Social tem uma matéria-prima do trabalho profissional que é a questão social, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho que é participante de um processo de trabalho.

A categoria trabalho não surge por acaso, pois é a partir do trabalho que o homem transforma a natureza e também se transforma, evolui enquanto ser social quando vai se distanciando da natureza, adquirindo novas habilidades, novos conhecimentos, projeta na mente de forma consciente, traça caminhos e possibilidades para realizar sua ação. O homem no seu processo de trabalho teologicamente orientado busca formas para responder suas necessidades vai apresentar alternativas de forma a dar respostas a essas necessidades, fazendo escolhas entre as alternativas. A ética surge da realidade objetiva concreta, quando no seu processo de trabalho o homem realiza- o de forma consciente e teologicamente orientado, buscando realizar sua práxis e fazendo escolhas e julgamentos de valor. A ética se encontra no aspecto da finalidade que faz parte da reflexão mais ampliada do trabalho. Segundo a autora qualquer processo de trabalho necessita de uma matéria-prima para o sujeito atingir sua ação para isso o

mesmo precisa dos meios ou instrumentos para que essa ação seja efetivada (IAMAMOTO, 2012).

O Serviço Social embora seja regulamentado como uma profissão liberal não se realiza desta forma, pois o assistente social não possui os meios necessários para efetivação de seu trabalho, depende dos recursos fornecidos pelas instituições, nas quais, o mesmo se encontra inserido. Na efetivação de seu trabalho, o assistente social tem uma autonomia relativa, pois os recursos, as prioridades interventivas são impostas pelo contratante. É importante ressaltar que o assistente social não realiza o seu trabalho de forma isolada, mas de forma coletiva sem perder o que é próprio de sua profissão. O assistente social é um trabalhador assalariado, pois vende sua força de trabalho que é especializada em troca de um salário que as instituições demandam ou requisitam seu trabalho profissional (IAMAMOTO, 2012). Nesse sentido Raichelis afirma que,

O agente profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho complexo em termos da divisão social do trabalho, dotado de qualificação específica para o seu desenvolvimento. Mas essa mercadoria "força de trabalho" só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (2011,s/p).

O objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, onde o profissional vai atuar frente às expressões da questão social e precisa ter o conhecimento da realidade para poder transformá-la. Os meios de trabalho do assistente social não é só o arsenal de técnicas como entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamentos, entre outros, mas é preciso que o profissional seja dotado de bases teórico-metodológicos para iluminar sua compreensão a respeito da realidade e que desta forma conduza seu trabalho de forma competente (IAMAMOTO, 2012).

Somos trabalhadores assalariados como qualquer outro profissional, pois passamos por uma relação de compra e venda da força de trabalho especializado para as instituições empregatícias. O assistente social ao vender sua força de trabalho entrega ao empregador o seu valor de uso e durante a jornada de trabalho

que é estabelecida por quem o contratou, o mesmo deve submeter-se as condições impostas pela instituição empregadora, é no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de sua ação, onde o mesmo preserva uma relativa independência na definição de suas prioridades e das formas de execução de seu trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Os assistentes sociais sozinhos não conseguem realizar seu trabalho, é necessário o trabalho em equipe, a construção de alianças com outros profissionais. Os profissionais têm que ter clareza, direção definida que é crítica, deve-se ter compreensão da realidade que é injusta, preconceituosa, expropriando grande parcela da população.

Muitas são as demandas que chegam ao Serviço Social que apresentam dimensões contraditórias que envolvem por um lado o grande capital e por outro os trabalhadores. “São essas forças contraditórias inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugadas a intencionalidade de seus agentes”. (IAMAMOTO, 2011, p.182). O projeto profissional aqui no Brasil reconhece a contrariedade dessas demandas posto à profissão.

O trabalho do assistente social tem um efeito nas condições materiais e sociais daqueles que dependem do trabalho para sobreviver. O Serviço Social é um trabalho que interfere na produção e reprodução das relações sociais, ele não produz mais-valia, mas contribui para o crescimento de uma determinada empresa criando condições necessárias para fazer crescer o capital investido. O trabalho do assistente social se dá com pessoas na viabilização de condições básicas de existência, onde enquanto profissionais temos interferência na reprodução da força de trabalho e na reprodução das condições ideológicas (IAMAMOTO, 2012).

O assistente social é um profissional intelectual que contribui junto com outros protagonistas atuando na criação de consensos. O profissional de serviço social que atua dentro de uma empresa tem particularidades diferentes do âmbito estatal, onde neste último não existe criação capitalista de valor e mais valia. Existe a inserção dos assistentes sociais em diversos processos de trabalho que depende da especificidade do campo que está inserido.

O profissional tem que ter um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo para poder ter competência nas suas intervenções junto à população usuária na viabilização dos direitos das mesmas para evitar posturas

messiânicas e voluntárias que são oriundas desde a origem do Serviço Social que tinha como forte marca a tradição católica. Mas o compromisso presente na profissão com valores humanistas tem possibilitado o desenvolvimento da mesma, onde se volta para os valores da democracia, fazendo com que o profissional se indigne contra desigualdades sociais e que tenham sempre como força propulsora o seu engajamento com os movimentos sociais.

O seu trabalho tem caráter político, pois em seu exercício profissional, o assistente social tem a possibilidade de direcionar suas ações para rumos sociais diferentes daqueles esperados por seus empregadores como a construção da cidadania, na efetivação dos direitos, na formação de uma cultura pública democrática, entre outros. Mas essa dimensão política depende da postura do profissional e nem todos inclinam para essa direção. O Serviço Social é uma profissão que está inserida numa sociedade desigual, antagônica, na qual o mesmo precisa ter uma leitura crítica da realidade, ir além do que está posto, do aparente para conseguir ultrapassar o cotidiano. Faz necessário ter o conhecimento da realidade social, da matéria prima de seu objeto, pois desta forma o profissional torna-se sujeitos de suas ações e conscientes do que elas podem provocar nos processos sociais e das múltiplas expressões da “questão social”. É preciso que o profissional sistematize sua prática e pensar em intervenções que venham a contribuir com a construção de seus usuários.

3. 2 RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL

Os problemas relacionados a condições precárias de habitação sempre existiram, mas os mesmos se agravam no capitalismo devido à má distribuição de renda, devido à concentração de riqueza nas mãos de poucos enquanto que a população com poucos recursos tem sua situação de miserabilidade agravada, havendo a disparidade das desigualdades sociais.

A questão urbana e a habitacional faz parte também do objeto de estudo do serviço social, assim faz-se necessário compreender a relação entre estas e as contribuições da profissão para a política habitacional, desta forma analisar a atuação do assistente social na referida política.

Diante do grande contingente populacional que migrou do campo para os grandes centros urbanos, fez com que se agravassem as desigualdades sociais e

econômicas nas cidades, reproduzindo o aumento do número da pobreza e exclusão. Em face desses problemas ocasionados pelo processo de urbanização, a questão urbana e os processos de exclusão se tornaram temas de discussões para se refletir sobre as condições de vida nas cidades.

"Pensar em direito à cidade significa pensar em direito a: trabalho, seguridade social pública, educação, cultura, lazer, segurança pública e participação política. Significa, ainda, viver com direito à diversidade em relação à liberdade de orientação e expressão sexual e identidade de gênero e à questão étnico-racial" (CFESS, 2015, s/p).

O Estado vai atuar frente às consequências do crescimento urbano e em resposta às pressões da sociedade civil que ganha lugar junto ao palco da luta de classes, onde vai desempenhar papel importante em relação à conquista do acesso a cidade. Diante desse contexto, o Serviço Social vai trabalhar de forma articulada com a sociedade civil e o Estado, de forma a promover a inclusão à cidade (Sociedade e cultura,2011).

A política urbana é voltada para atender aqueles que não têm acesso aos bens que a cidade oferece, ou seja, “as vítimas do desordenado processo de urbanização e industrialização; pessoas marcadas por habitações precárias, pela falta de acesso à infra-estrutura básica, emprego, transporte, saúde, entre outros” (SOCIEDADE E CULTURA apud NAKANO, 2011 s/p).

Com o processo de industrialização marcado pelo domínio do modo de produção capitalista, os problemas relacionados à moradia tem se agravado cada vez mais, como a desigualdade social devido à má distribuição de renda que ao mesmo passo em que se produz riqueza gera também pobreza, onde está última tende a ser aprofundada. Sobre isso, Guimarães enfatiza que, “o padrão de moradia (ou ausência desta, sobretudo) é também reflexo de todo um processo complexo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados” (2013, p.186).

O direito à moradia e a cidade foram legitimadas internacionalmente através da Declaração dos Direitos Humanos- ONU em 1948 e pela Conferência Internacional do Habitat II em Istambul no ano de 1996. Em âmbito nacional, foi legitimada no Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade- Lei Federal n.º

10.257/01, na medida provisória 2.220, na Carta Nacional do Direito às Cidades – 2001 (BRAGA; VASCO; SOUSA; SAUER, 2016).

Porém, apesar das conquistas citadas acima a realidade é bem diferente, pois o direito garantido constitucionalmente ficou só no papel. No que cabe a habitação, o povo passa a ter mais acesso, mas o déficit habitacional no país ainda é muito grande, a ampliação desses bens ainda é lenta. Essa é uma realidade das políticas públicas mal aplicadas e mal administradas no país.

Conforme Yamamoto (2011), as leis são aplicadas de maneira inversa, pois não se limita o direito de propriedade pelo contrário, há uma concentração, havendo uma exclusão ou despejo dos pobres, em vez do bem coletivo e interesse social.

Quando falamos em habitação não se trata apenas da casa, tem que se levar também em conta os outros elementos como saúde, educação, infraestrutura, renda entre outros, ou seja, que as pessoas tenham uma habitação de qualidade – que é um dos componentes do padrão de vida digna.

Sendo assim a casa não é separada da cidade ela faz parte do espaço urbano, sendo ele não apenas um cenário para as relações sociais, mas um espaço ativo para a dominação econômica ou ideológica. O espaço urbano foi produzido com investimentos de capital e aplicação de trabalho. Estes investimentos na maioria das vezes orientados por políticas públicas orientam também, a valorização imobiliária e particularmente, a valorização fundiária. Os interesses políticos envolvidos na produção da moradia e do espaço urbano, são muitos e poderosos, por isso não é em qualquer localização, entretanto, que as ocupações de terras urbanas são toleradas (BRAGA; VASCO; SOUSA; SAUER, 2016, s/p).

A maioria da população brasileira que ocupa os grandes centros urbanos está vivendo em situações cada vez mais precárias, tendo como consequência o agravamento da pobreza, pela dificuldade do acesso a terras, levando as mesmas a ocuparem áreas irregulares, impossibilitando-as do acesso ao emprego formal e demais serviços, além do preconceito e discriminação que sofrem pela sociedade por morarem nessas áreas, assim o crescimento das cidades tem como retrato as desigualdades sociais. (MARICATO, 2008). Com a expansão do capitalismo e com o ingresso do projeto neoliberal se tem o acirramento das expressões da “questão social” e a limitação em relação ao direito a cidade. “A questão urbana se expressa de forma contundente nas cidades na ausência de moradia [...]” (GUERRA; GUIMARÃES; SILVA, 2012).

Segundo Iamamoto (2011), a política neoliberal tem como metas o aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego, onde o mercado é que vai ser o regulador das relações econômicas, a responsabilidade acaba ficando para o indivíduo em “se virar como pode no mercado”. O assistente social é chamado para implementar e viabilizar os direitos sociais e os meios de exercê-los, só que o mesmo vê-se impedido de realizar suas ações, pois dependem dos recursos, condições e meios de trabalhos que estão cada vez mais escassos para operar as políticas sociais.

Como objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, o profissional vai atuar frente as expressões da mesma e precisa ter o conhecimento da realidade para poder transformá-la. Ainda segundo ela, os meios de trabalho do assistente social não são só o arsenal de técnicas, mas é preciso que o profissional tenha conhecimento teórico-metodológicos para iluminar sua compreensão a respeito da realidade e que desta forma conduza seu trabalho de forma competente (IAMAMOTO, 2012).

O profissional de Serviço Social é chamado para implementar e formular propostas para o enfrentamento da “questão social”, e faz isso através de políticas públicas, entre as quais podemos mencionar o desenvolvimento urbano resultando no acesso a moradia e a cidade.

Os assistentes sociais que atuam na habitação e em outras áreas têm que compreender em sua prática profissional as contradições que permeiam a realidade, ter que ser criativos para encontrar formas para a população poder superar os problemas como: falta de moradia, ineficácia de políticas sociais e equipamentos/serviços públicos, exposição a áreas de risco e condições ambientais inadequadas e ausência de participação social na gestão das cidades. Mas só que a superação desses problemas vai depender dos recursos financeiros dos espaços ocupacionais, onde os mesmos estão inseridos e também da articulação com outros setores, como saneamento básico, transporte, saúde, entre outros, contribuindo para resultados mais positivos para o enfrentamento dessas problemáticas no tocante a habitação.

O não acesso da maior parte da população a moradias dignas e a cidade fazem parte das expressões da questão social, onde o assistente vai ser chamado para encontrar formas de enfrentamento para essas problemáticas que teve seu agravamento com a industrialização e a expansão urbana.

A habitação vai ao encontro de outras políticas públicas (como educação, saúde, entre outras) que se constituiu em uma das lutas travadas pela população para diminuir as disparidades entre a mesma. Só que essa situação tende a piorar devido ao agravamento da “questão social” e, conseqüentemente o aumento das desigualdades sociais procedentes do modo de produção capitalista.

As questões relacionadas à habitação/ questão urbana vão ser abordadas no campo de produção acadêmica do serviço social, pois se trata de dimensões da questão social, onde esta última é objeto principal de intervenção e análise para a profissão (GUERRA; GUIMARÃES; SILVA, 2012).

Ainda segundo as referidas autoras, temas relacionados a problemáticas referidas a questão urbana/habitacional tem crescido cada vez na diante da categoria do Serviço Social tem acompanhado e refletido sobre essas questões de forma a contribuir acerca da compreensão da questão social.

A habitação é um dos problemas sociais mais graves existente em todas as cidades. As moradias que se localizam nas áreas centrais são bem caras, impossibilitando a maioria da população que tem menos recursos a ocuparem esse tipo de locais. Eles optam por lugares que tenham um valor mais acessível que se localizam nas encostas dos morros, as margens de rios, só que este tipo de organização do espaço desestrutura a natureza, pois com a retirada da vegetação das encostas e a construção de casas, podem ocasionar desmoronamentos que são provocados pela forte chuva, podem também provocar inundações entre outros problemas. É o que vemos constantemente nos noticiários da televisão e, nada é feito por parte do poder público para solucionar essa situação.

Diante dessa realidade brasileira cheias de conflitos sociais, nas quais se tomou os rumos da cidade devido ao crescimento sem nenhum tipo de planejamento, onde a questão urbana ser tornou cada vez mais complexa, assim isso não pode ser desconsiderado pelo Serviço Social, faz-se necessário os estudos voltados para essa problemática como também estratégias de enfrentamento.

Em face desse quadro de agravamento das expressões da “questão social”, é necessária a intervenção do assistente social, principalmente na habitação, com a finalidade de que se amenizem as desigualdades sociais oriundas do capitalismo, através de políticas e programas habitacionais. Todos os problemas relacionados à habitação como a falta de moradia, as condições precárias das mesmas, o inchaço e crescimento desordenado das cidades e o surgimento de favelas são expressões da

questão social e espaços de atuação do assistente social. “A relação do serviço social na área habitacional é de amenizar a desigualdade social por meio do planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos habitacionais” (SANTOS, 2005, p.142).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a habitação acabou se constituindo como um problema social para a força de trabalho no contexto de exploração oriundo desse sistema, onde o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário que não chega a atender as suas necessidades básicas nem as de sua família. Embora o direito a moradia seja garantido constitucionalmente, ou seja, garantido por lei, aparecem para a população como se fosse favores prestados e que implantados em certas conjunturas políticas servem para conseguir votos ou prestigiar certos grupos políticos que estão no poder (FALEIROS, 2006).

O profissional do Serviço Social deve ser dotado das três dimensões, que são elas: a ético-política, a teórica metodológica e a técnico-operativa. E, assim contribuir na instituição a qual está inserido com um direcionamento social da política e desenvolvimento urbano e de habitação (BRAGA; VASCO; SOUSA; SAUER,2016).

O assistente social não só da habitação, mas de outros campos de atuação, tem por objetivo promover a cidadania, fazer com que os usuários da política habitacional se reconheçam enquanto sujeitos de direitos e, que assim contribua para a consciência dos mesmos. Já que Projeto Ético Político do Serviço Social é de compromisso com a classe trabalhadora, de suas necessidades, onde sua direção social e política estão voltadas para a classe trabalhadora, e isso requer que o profissional tenha um arcabouço teórico- metodológico e ético-político para se situar nas correlações de força e, técnico operativo para se ter um saber técnico para operacionalizar. Portanto depende do profissional se qualificar, ter competência para mediar os problemas, as demandas que chegar. É de competência de o assistente social prestar esclarecimento aos indivíduos e grupos, auxiliando na identificação de recursos e proporcionando o acesso aos direitos sociais (IAMAMOTO,2012).

Embora a política habitacional/ urbana seja um aparato muito importante, na qual foi fruto de lutas por parte da população que buscava medidas satisfatórias por parte do Estado por causa das mudanças devido ao processo de migração, não está conseguindo solucionar os problemas urbanos que estão se tornando cada vez mais agravantes não é por falta de leis, mas sim por viés político, que só atendem aos

seus interesses próprios. Por isso que é o assistente social é chamado a intervir, pois é necessária uma postura crítica diante dessa realidade perpassada por contradições, a necessidade de o profissional ser criativo, de criar estratégias de forma a intervir diante dessas problemáticas vias políticas sociais de forma a ampliar a cidadania na busca pela universalização dos direitos.

4. A PRÁTICA PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL DE SOUSA-PB

4.1 AS PARTICULARIDADES DA POLÍTICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

Em relação ao processo urbanístico do município de Sousa/PB, esse se deu de forma lenta, a partir de moradores das ribeiras dos rios do Peixe, Paulistas e Piranhas e com uma pequena população. Devido ser uma terra fértil atraiu moradores com interesse no cultivo passando a desenvolver os primeiros passos para se tornar cidade.

Deste pedaço de terra quente, às vezes incompreendido, partiram as arrancadas iniciais, as primeiras revoluções de liderança, fazendo tremular sua bandeira de conquista e de trabalho, acompanhando as margens do Rio do Peixe para a sua real libertação econômica (GADELHA, 1986, p-5).

De acordo com o Plano Diretor de Sousa/PB (1978), houve um crescimento lento da cidade, isso devido a tropas de burro que levavam mercadorias do litoral para o sertão. Porém no início do século XX, com o trem, os automóveis e a industrialização, o ritmo de crescimento das cidades do alto sertão da Paraíba começou a se modificar. Antes de 1930, a urbanização da cidade ficava concentrada em torno da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, só depois disso, a cidade começou a crescer para o oeste na direção de Cajazeiras/PB, impulsionada pelo mercado central, pela prefeitura, a câmara e a cadeia pública.

Com a instalação de usinas por parte de alguns proprietários rurais, acabou gerando empregos para a população e desta forma ampliando a cidade.

Nesse período devido à especulação imobiliária, os produtores rurais não colocavam a venda as melhores terras, assim houve um crescimento da cidade em áreas de risco, de preservação ambiental e, sem infraestrutura. Desta forma, o crescimento urbanístico da cidade aconteceu de forma desordenada, em áreas alagadas e insalubres.

Em 1971 com a construção do asfalto, houve uma facilitação da cidade de Sousa/PB com os municípios da Paraíba como também com outros Estados. “O anel de contorno, proporcionado pelo projeto do asfalto passou a condicionar o

crescimento, atraindo equipamentos de lazer e grandes loteamentos” (Plano Local de Habitação de Interesse Social, 2011,p.37).

Ainda segundo o PLHIS (2011), com o crescimento dos bairros pobres devido à imigração rápida, o processo de urbanização da cidade aconteceu de forma acelerada que hoje ultrapassa mais de 73%.

A cidade de Sousa atualmente está localizada no alto sertão paraibano com uma população de 65. 803 habitantes, sendo que 51.885, o que equivale a 73% estão na zona urbana enquanto que 13.922 equivalentes a 13,79% na zona rural. (IBGE, 2010). E ainda apresenta fluxos migratórios de cidades vizinhas e de outros Estados como Rio grande do Norte e Ceará.

Sabe que o processo de urbanização nas cidades brasileiras se deu sem nenhum tipo de organização, na cidade de Sousa-PB não foi diferente, a maioria da população é de pobres que vivem em assentamentos precários, conforme dados do CADUNICO, existem 48.200 que apresentam renda mensal até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (73,24%) e desse total mais de 44.000 pessoas tem renda mensal de 140 reais. (PLHIS, 2011) Através desses dados do CADUNICO, podemos perceber a gravidade das manifestações da “questão social” na cidade, entre eles a habitação.

De acordo com pesquisas realizadas pela CEPAM-Consultores em Planejamento e Administração Municipal / Prefeitura com base nos dados levantados pelo SIAB- Sistema de Informação Atenção Básico, resultou no cálculo de 16.374 famílias carentes das zonas urbana e rural. Ainda conforme a pesquisa seria necessária a construção de 8.062 moradias para atender a essas famílias carentes.

Conforme os componentes do déficit habitacional quantitativo do município de Sousa (IBGE 2010), o mesmo apresenta:

- i. 11 domicílios improvisados, todos localizados na zona urbana;
- ii. 2.259 famílias conviventes;
- iii. 62 cômodos alugados ou cedidos;
- iv. 1.015 domicílios rústicos, onde a maioria deles é de taipa cobertos de telha canal e até com palha de coqueiro;
- v. 4.715 famílias até 03 s. m que pagam aluguel. Vale destacar que a maioria dessas famílias tem mais 30% da renda familiar comprometida com o aluguel.

- vi. Totalizando num déficit habitacional quantitativo de 8.062 famílias carentes que necessitam de moradias.

Segundo componentes do déficit habitacional qualitativo/ inadequação dos domicílios no município, o mesmo apresenta:

- vii. 5.000 inadequações fundiárias que ocorrem devido à falta de formalidade nas transações imobiliárias e dos custos cartoriais, o que acaba inviabilizando o registro dos terrenos e moradias;
- viii. 1230 adensamentos excessivos são quando o número de moradores por cômodo ultrapassa três pessoas;
- ix. 1214 domicílios sem banheiro, com maior concentração nos assentos precários e na zona urbana;
- x. 3.502 carências de infraestrutura.

A inadequação dessas moradias ocorre devido ao número excessivo de moradores, pela falta de infraestrutura quando há irregularidade fundiária e quando não apresentam serviços essenciais como água, esgotamento sanitário, energia e coleta de lixo.

O município não apresenta um quadro de demandas habitacional preciso, assim não foi possível o cadastramento de todos os níveis no que tange a questão habitacional. É por meio do cadastro do SIAB- Sistema de Informação Atenção Básico que se dá uma ideia aproximada das moradias precárias. Ainda a equipe técnica da CEPAM- Consultores em Planejamento e Administração Municipal- fez visitas em todos os assentamentos precários, o que acabou identificando áreas nas quais se encontravam em extrema pobreza como comunidade dos Ciganos, Bairro Nossa Senhora de Fátima Angelim e Várzea da Cruz (PLHIS, 2011).

A cidade de Sousa/PB tem muitas áreas que apresentam características de assentamentos bem precários, devido a problemas relacionados à propriedade de terras, a ausência de infraestrutura e regulação fundiária. Podemos destacar os bairros da Estação, São José, Angelim, Alto do Cruzeiro, Jardim Brasília, Frei Damião, Nossa Senhora de Fátima, Mutirão, Projeto Mariz e Jardim Sorrilândia I, II e III. Com predomínio de pobreza, desemprego, violência e baixa qualidade de vida.

As necessidades da cidade no que tange a habitação decorrem do grande fluxo migratório de pessoas carentes que vem das cidades vizinhas até mesmo de

outros estados devido à disponibilidade de serviços oferecidos pela cidade, em busca de melhores condições de vida.

No que se refere aos instrumentos de regularização urbanística de Sousa são bem ultrapassados levando em consideração o porte da cidade, pouca coisa ou nada foi feito desenvolvido posteriormente a aprovação do Estatuto da cidade (PLHIS,2011).

Devido a essa ausência de condições institucionais e legais para a gestão do solo, a cidade cresce de forma desordenada, o que acaba ocasionando a ocupação de forma irregular, e as inúmeras agressões ao meio ambiente, o que pode ser visualizado em algumas áreas da cidade.

[...] o entrave para um maior disciplinamento do espaço urbano decorre da ausência de um Plano Diretor atualizado, que incluía os instrumentos de regulação urbana do Estatuto das Cidades e outras exigências do marco legal para o setor, bem como da ausência de condições institucionais e administrativas, o que inclui, além da legislação, pessoal capacitado e vontade política para mudar uma cidade que tem problemas urbanos de toda ordem, principalmente um grande cinturão de pobreza além de sérios problemas de mobilidade urbana (PLHIS, 2011, p.75).

Assim, as leis urbanísticas são de extrema importância, pois as mesmas podem garantir conquistas importantes no campo das políticas sociais associando-as as políticas territoriais, como a redução em relação ao impacto das políticas especulativas, na qual provoca o aumento dos valores dos terrenos.

Na caracterização dos municípios do país, elaborado pelo Ministério das Cidades para o Plano Nacional de Habitação (PLANAB), o município de Sousa/PB é classificado como centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza (tipo H)². Na definição dessa classificação foram utilizadas dimensões como taxa de urbanização, crescimento populacional e déficit habitacional.

² Estão incluídos os municípios com mais elevada porcentagens de domicílios sem sanitários para o grupo de 20 a 100 habitantes. São centros urbanos em espaços rurais pobres e estagnados. São municípios com alto déficit relativo, o que denota uma situação de pobreza e precariedade elevada no conjunto do município. São municípios com menor taxa de urbanização (54,6), e grande concentração do déficit habitacional no meio rural: 46,6%, e apresentam pouca capacidade para o enfrentamento do déficit em função do baixo estoque de riqueza, mas por outro lado poucos investimentos dirigidos para a situação de maior precariedade pode levar a expressivos resultados (PLHIS, 2011,p.12).

Os municípios que apresentam tipo H, como é o caso da cidade de Sousa, o PLANAB define essas linhas programáticas como: a integração urbana de assentamentos precários, produção e aquisição de habitações; assistência técnica e desenvolvimento institucional.

A implementação da política habitacional em Sousa/PB é recente e funciona na Secretaria de Ação Social - Departamento de Habitação, onde essa instituição é responsável pelo cadastramento, seleção e acompanhamento dos beneficiários. Em relação à infraestrutura, no que se refere a saneamento básico fica a cargo do Departamento de Água e Saneamento de Sousa- Daesa.

O trabalho desenvolvido na Secretaria de Ação Social na cidade de Sousa/PB, na área de habitação, principalmente, tem vínculo direto com o Programa de Transferência Direta de Renda, o Bolsa Família, pois para realizar o cadastro no Programa Minha Casa Minha Vida, a família deve efetuar um cadastro no Cadastro Único para Programas do Governo Federal (CAD único). O CAD único é à maneira de como os municípios fazem para identificar todas as famílias de situação de baixa renda e vulnerabilidade social que existem no Brasil. Os usuários que estão cadastrados no programa devem atender os critérios impostos pela caixa que seria: Ter o maior número de filhos em idade escolar, idosos acima de sessenta anos, qualquer tipo de deficiência, morador de zona de risco, famílias monoparentais ter renda de até 1.600 reais, e ser mulher chefe de família abandonada pelo seu cônjuge.

O direito à moradia está estabelecido, na Constituição Federal de 1988 nos capítulos II, dos deveres da União e Artigo 79, dos atos das Disposições constitucionais transitórias,

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1988).

O déficit habitacional na cidade de Sousa/PB ainda é muito grande, a ampliação relacionada à habitação é lenta. “O déficit habitacional acumulado, estimado para Sousa/PB é de 13.331 moradias, o que inclui a demanda demográfica futura, exigindo dos governos um aporte de recursos” (PLHIS, 2011, s/p).

Os recursos destinados a investimentos na habitação são bem reduzidos, tornando a situação do município complicada, já que o mesmo utiliza de recursos próprios em parceria com o governo federal.

O orçamento do município não contempla recursos específicos para a o Fundo Municipal de Interesse Social, que ainda necessita de ajustes e regulamentação. Os recursos destinados à habitação permanecem nas rubricas de infraestrutura e parte na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Os recursos orçados para investimentos são nivelados aos recursos com pessoal e encargos, o que preocupa quando são dimensionadas as necessidades para habitação e infraestrutura (PLHIS, 2011,p.66).

O município de Sousa/PB apesar de manter um ritmo de crescimento animador, vem crescendo o número de pessoas carentes, que apresentam baixa qualidade de vida e que vive em moradias precárias, o que acaba acarretando o aumento das expressões da “questão social” na cidade.

Portanto, Sousa/PB como outras cidades do país em seu processo urbanístico não aconteceu nenhum tipo de planejamento, visto que pela ausência de critérios na ocupação do solo, o que acarretou em problemas urbanos muito sérios, o que percebemos hoje é um aumento do número de assentamentos precários, que ocorre devido à carência de investimentos urbanos e habitação, a qual desafia gestores e assistentes sociais que atuam frente às expressões da “questão social” que implementam e formulam políticas sociais, entre as quais a habitação e, assim contribuir para que a população tenha acesso do direito a cidade.

4.2 OS LIMITES E POSSIBILIDADES ENCONTRADOS PELA ASSISTENTE SOCIAL NA HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB.

A referida pesquisa será embasada a luz do método dialético que conforme Santos (2013), é um método de diálogo, de questionamentos e procedimento argumentativo. Que vai além do aparente, a qual permite ter uma visão da totalidade, levando em consideração as contradições que permeiam a realidade. Assim, a pesquisa pretende fazer uma análise das dificuldades encontradas pela assistente social na instituição e, desta forma compreender melhor os desafios que a mesma enfrenta na implementação da política habitacional do município de

Sousa/PB. Nesse sentido, o conhecimento do objeto estudado por Netto (2011, p. 45) nos diz o seguinte:

O conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações- tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz sua riqueza (concreção real). As determinações as mais simples estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades- mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade.

Busca-se fazer uma análise qualitativa que segundo Minayo (2010), responde a questões muito particulares e se ocupa nas Ciências Sociais, onde trabalha com o universo dos significados, crenças, valores, como parte da realidade social. Desta forma a pesquisa, destina-se a discutir sobre a atuação do Serviço Social na Secretaria de Ação Social- Departamento de Habitação do município de Sousa-PB.

A referida pesquisa é de cunho bibliográfico utilizando-se de obras de autores que tratam da temática em questão para o suporte teórico e também se trata de uma pesquisa de campo que, para uma melhor compreensão do trabalho do Serviço Social na Habitação realizou-se uma entrevista semiestruturada com a assistente social do município de Sousa/PB, tendo como principais eixos de análises: como se encontra organizada a política de habitação do município; as demandas postas a profissão; as dificuldades e desafios de trabalho; as contribuições do Serviço Social para a política de habitação; e como é cotidiano profissional da mesma. Esse tipo de entrevista semiestruturada trata-se de um diálogo com o entrevistado, na qual o entrevistador já tem as perguntas predefinidas, mas mantém liberdade para colocar outras cujo interesse surja no decorrer da entrevista. Importante destacar que o Departamento de Habitação do município de Sousa encontra-se com apenas uma assistente social em seu corpo técnico, na qual começou as suas atividades em maio de 2013.

A instituição citada constitui um dos campos de estágio conveniados a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), local onde se desenvolveu o Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II. A partir do campo de estágio, através de observações tecidas na instituição, surgiu o interesse em pesquisar sobre a problemática relacionada à habitação no que se refere aos desafios e possibilidades encontrados pelo serviço social nessa política.

A assistente social participou da pesquisa de forma voluntária, no momento da entrevista foi informada do que se tratava e qual o seu objetivo. E que poderia se recusar de participar a qualquer momento, não havendo qualquer penalização e prejuízo para a mesma.

Antes de começar a refletir sobre os eixos de análise dessa pesquisa, faz-se necessário uma breve apresentação da profissional que atua na habitação da referida cidade.

A assistente social é formada pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no ano de 1993, a mesma possui especialização em políticas públicas de saúde. Está na habitação há 13 anos, na qual participou de capacitações na área como conferências de habitação e interesse social, Capacita SUAS e Capacitação do Ministério das Cidades (MC). A profissional não ocupa cargo efetivo, ela é diretora comercial e social da habitação do município de Sousa/PB.

Há uma preocupação da mesma em relação ao déficit habitacional do município, pois mesmo depois de programas sociais como Minha Casa Minha vida há um grande número de pessoas que não possui moradia.

Existe um departamento de habitação, recém criado, com várias diretorias, onde é realizado o diagnóstico de todo o município de Sousa. O déficit habitacional do município é atualmente é de quase 10 mil moradias, entre zona urbana e rural (assistente social).

Além desse déficit habitacional existe também no município a questão político partidária, que é muito forte, na qual existe uma correlação de forças entre o governo estadual e municipal, desfavorecendo a população mais carente, pois não existe uma contra partida do Estado para a construção dos conjuntos habitacionais. O déficit habitacional do município contribui para o agravamento dos problemas sociais urbanos, pois existe uma grande demanda da população que não é atendida.

Os conjuntos habitacionais do município não tiveram contra-partida do Estado, mas a Companhia de Habitação do Estado (CEHAP) produz unidades habitacionais aqui em Sousa. Devido a questões de cunho político, deixando assim de beneficiar a população que necessita de habitação (assistente social).

De acordo com dados do IBGE, o Brasil tem um déficit habitacional de 7,9 milhões, o que corresponde a 21% da população brasileira. O crescimento da população informal é cerca de 5% bem maior do que a população formal que é 2%. Esse crescimento informal da população acontece devido baixíssima renda, o que os levam a procurar locais inapropriados para morar. Percebemos através desses dados estatísticos que a problemática do déficit habitacional é evidente em todo o Brasil.

Para a entrevistada o plano local de interesse social é de suma importância, pois o mesmo auxilia no controle de déficit habitacional. Esse PLHIS ajuda a identificar como se encontra a situação habitacional local do município tanto na área urbana quanto rural, fazendo um planejamento de como serão aplicados os recursos adquiridos.

É através do plano local de habitação de interesse social que realmente conseguimos ter um controle do déficit habitacional do município, ver a real situação de cada bairro (assistente social).

Em outro momento perguntamos a entrevistada sobre as demandas que chegam ao Serviço Social na habitação e ela nos relatou o seguinte:

Chegam vários tipos de demandas, mas o maior número é de pessoas carentes que também precisam de um esclarecimento sobre a moradia de interesse social, pois muitos tem a consciência que realmente é para morar, outros tentam fazer comércio, vender ou ceder (assistente social).

É importante explicar que essa moradia de interesse social são casas de conjuntos habitacionais voltadas para pessoas que não tem condições de adquirir um local digno para morar devido às dificuldades relacionadas ao nível de renda. Trata-se de habitações que possuem iniciativa pública e que apresenta um baixo custo.

É imprescindível para o profissional de Serviço Social conhecer as demandas que chegam à instituição. Pode-se perceber através da fala da entrevistada que a mesma tem essa clareza e isso é de extrema importância em seu exercício profissional para que a mesma consiga apreender o que ocorre no contexto de relações entre as classes que são contraditórias. A profissional tem que ter o

conhecimento da realidade que está atuando, para desta forma desenvolver suas ações na referida instituição.

A entrevistada mostra também através da sua fala, que consegue identificar as expressões da “questão social” que chegam na habitação, por meio de um levantamento socioeconômico de visitas domiciliares e observações a serem efetuadas compreendendo a análise de dados dos arquivos do bolsa família, dos beneficiários do Centro de Referência de Assistência social (CRAS) e cadastros específicos dos programas habitacionais. E ainda acrescenta que a população que moram em áreas de risco como Piolho, CSU, Desirrê, Cangote do Urubu, Comunidade de presídio, Buraco da Guia, Campo Alegre entre outros, São pessoas que vivem em moradias subumanas, sem nenhuma dignidade.

Percebe-se através do relato da assistente social que a falta de moradia é uma das expressões da “questão social” que a população vem enfrentando, trata-se de uma questão bem mais macro, de desigualdade, que recai sobre as pessoas de baixa renda. Sobre isso lamamoto (2011) afirma que devido à reprodução ampliada da riqueza, há um aumento também muito grande das desigualdades sociais, havendo um crescimento da pobreza, na qual a maior parte das pessoas não consegue usufruir das conquistas do trabalho social. Ainda Segundo Yazbek (2001, p.39 *apud* Amado, 2011, p.54) “as sequelas da „questão social” permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação”.

Muitos também são os desafios para a assistente social na efetivação da política habitacional do município de Sousa/PB. Ela nos relata o seguinte:

O município de Sousa pela sua condição de polo regional do sertão recebe fluxos migratórios de todos os municípios em seu entorno, o que fomenta a produção de moradia na cidade de forma inadequada. O orçamento do município não contempla recursos para o FMHIS, que ainda necessita de ajustes e regulamentação. Os recursos destinados à habitação permanecem nas rubricas. A busca de alternativas para atender a demanda habitacional de interesse social em Sousa remete a necessidade de buscar parcerias e estruturar o setor capaz de elaborar projetos para viabilizar ações previstas através de programas federais, estaduais com ênfase nos recursos do FMHIS (Assistente Social).

Percebe-se que a atuação da assistente social é limitada devido à falta de recursos, o que acaba dificultando as suas ações na habitação. Mas que a mesma procura buscar outras formas de articulação como possibilidade de trabalhar em rede, articulando-se com vários segmentos como saúde, infraestrutura, sociedade

civil, meios de comunicação, Ministério Público Federal, Secretaria de Agricultura, Daesa, entre outras.

Em meio as dificuldades, a profissional precisa de um olhar crítico diante da realidade permeada por contradições que requer ir à raiz das problemáticas apresentadas, levando em consideração todo o aspecto político, ideológico, social, cultural e etc. Pensando em possibilidades para sanar as necessidades apresentadas tendo assim que se mobilizar, discutir, pensar, organizar e articular o mais sábio caminho da operacionalização no momento das ações.

O Serviço Social, enquanto profissão traz no seu projeto ético- político o comprometimento com as transformações sociais e as novas demandas, quanto ao seu compromisso, o projeto tem seu núcleo o reconhecimento da liberdade com valor ético central, a liberdade concedida historicamente com possibilidade de escolher alternativas concretas, como também o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão de intervir junto aos usuários da assistência embasado no seu Código de Ética de 1993. Nesse sentido, a assistente nos informa o seguinte:

Após a entrega dos imóveis realizamos o trabalho técnico social com os beneficiários, onde formamos lideranças comunitárias ações de cidadania, patrimonial, meio ambiente, cultural, mobilização comunitária, saneamento básico e geração de emprego e renda (assistente social).

Sabe-se que a direção social e política da prática profissional é de compromisso com a trabalhadora, porém sua dimensão política depende da postura profissional, na qual nem sempre os profissionais inclinam para essa direção como citado anteriormente no capítulo dois.

O sucesso do projeto ético político depende da análise das condições objetivas e subjetivas, pois vivemos numa realidade dinâmica que precisamos nos qualificar para mediar os problemas que chegam no cotidiano de trabalho e, depende também das condições objetivas que são delineadas pelas políticas públicas, que são sucateadas, fragmentadas, só que não dependem da profissional.

Muitos são os desafios para o projeto ético político do serviço social numa conjuntura totalmente adversa devido à política neoliberal, na qual o Estado desresponsabiliza-se de suas funções e os direitos sociais garantidos

constitucionalmente acabam sendo perdidos, como é o caso da habitação, onde o direito à moradia digna não está sendo de fato respeitado.

Limites orçamentários do município não contempla recursos específicos para o fundo municipal de habitação de interesse social, deixando o município em situação difícil até para fazer face aos compromissos de contrapartida dos convênios. O recursos orçados para investimentos são nivelados aos recursos com pessoal e encargos, o que preocupa quando são dimensionadas as necessidades diagnosticadas para a habitação. Já que a demanda habitacional é grande para os recursos (assistente social).

A assistente social ainda informou a respeito de um banco de dados com mais de 4000 famílias inscritas para novos residenciais que serão construídos. A prioridade é a retirada das famílias que estão em áreas de risco, insalubres, com maior número de filhos, idosos, deficientes. Ela ainda acrescenta que a questão partidária interfere de modo exageradamente e é preciso muita luta, pois acaba inviabilizando as ações de projetos. A prioridade da mesma é para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulando no âmbito das três esferas.

As políticas sociais não trazem medidas de intervenção que tenham como características estratégias de caráter global para o enfrentamento da pobreza no Brasil são desvinculadas das questões macroeconômicas, assumindo um papel assistencialista, na qual serve mais regular ou administrar a pobreza num dado patamar. Com o ingresso da política neoliberal nos anos 1990, espaços foram abertos com programas focalizados voltadas para a população pobre. São políticas que servem para minimizar as desigualdades sociais, agindo só de forma paliativa.

Além dessas problemáticas citadas pela assistente social existe ainda outras dificuldades na habitação relacionadas à falta de transporte, a equipe mínima e a falta de estrutura na instituição. Sobre isso, ela nos relata que:

Nossa maior dificuldade é a falta de transporte, a nossa equipe é bastante reduzida o restante da equipe não trabalha a tarde e dificulta muito as visitas, já que pela manhã fazemos o atendimento ao público. O departamento de habitação é novo e não temos uma boa estrutura, atualmente funciona em dois locais, no centro administrativo fica a parte burocrática e a parte técnica social funciona na casa dos conselhos (assistente social).

O município possui uma equipe mínima segundo a quantidade de profissionais indicada na NOB-RH/ SUAS (2006), pois a cidade que apresenta uma

população entre 50.000 a 100.000 mil habitantes e se caracteriza como médio porte e Sousa-PB conta com uma população de 65, 803 mil habitantes (IBGE/2011) situando dentro dessa classificação, sendo necessário ter um número maior de profissionais.

Outro ponto abordado é sobre a sobrecarga de trabalho da profissional na instituição, onde a mesma nos relatou que às vezes trabalha até a noite, averiguando denúncias de venda e compra de casa.

Isso mostra o contexto de como se encontra as condições e relações de trabalho dos profissionais, o que Raichelis (2011, p. 758) denomina de precarização que atinge o trabalho do assistente social, “afetada pela insegurança do desemprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, falta de perspectiva e projeção e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional”. Na lógica neoliberal, as instituições contratam um mínimo de profissionais para atender a todas as demandas.

Para a realização de suas atividades, a assistente social encontra muitas dificuldades devido à equipe que é pequena e por ela ser a única assistente social que realiza os trabalhos na habitação.

Pela manhã faço atendimento ao público, à tarde visitas e reuniões, às vezes me estendo até a noite, pois todo o trabalho técnico social do município e apresento os projetos (assistente social).

Esse relato citado acima, relata sobre seu cotidiano profissional que é sobrecarregado devido às várias demandas que chegam à instituição que recai sobre ela. Apesar de todas as dificuldades que a profissional enfrenta na instituição para desenvolver seu trabalho, a assistente nos informou que mensalmente acontece reunião para discutir dificuldades e metas alcançadas e traçar novos objetivos, pois a demanda demográfica futura por habitação no município de Sousa/PB é fundamental para dimensionar os investimentos, não só para a construção de moradias, como para o estabelecimento de metas para infraestrutura do nosso município.

O planejamento é de suma importância para a assistente social em sua prática profissional, pois propicia a mesma intervir de forma coerente diante da realidade que sofre constantes mudanças. Planejar não significa improvisar, mas

pensar e agir sobre uma realidade para modificá-la de maneira racional para se obter soluções, alternativas, reduzir riscos e incertezas, superando o imediatismo. Sobre isso Barbosa (1996, p.29) afirma:

Sem a reflexão crítica, podemos afirmar que não há planejamento, mas ativismo ou comportamento de providências, sem um comprometimento ou engajamento ideológico, apenas mera formalização ou repetição de posturas anteriores, propiciando a reprodução e manutenção da estrutura social.

A assistente social precisa ser capaz de desenvolver uma prática profissional voltada para a peculiaridade da realidade, ser crítica, mesmo diante de todas as precariedades no seu ambiente de trabalho que possam agir nas expressões da “questão social”, na qual se pode citar a problemática da habitação que nem todas as pessoas que estão inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida são contempladas devido aos recursos que são mínimos.

Sobre as contribuições do Serviço Social para a habitação, assistente social nos relatou o seguinte:

O Serviço Social nos possibilita ter uma visão da totalidade, não somente ficar na superficialidade, ter uma visão bem mais crítica da realidade. Quando as famílias chegam na intuição para adquirir a casa não ficamos só na parte burocrática das documentações, mas conversamos com aquelas pessoas para saber um pouco da história deles. Infelizmente chegam muitas pessoas carentes que necessitam de moradias, mas não podemos contemplar a todos com a moradia, devido à falta de recursos.

Percebe-se através desse relato que mesmo que a profissional de Serviço Social apresente um embasamento teórico metodológico, ético – político, ao chegar às instituições não se encontra subsídios para a efetivação da dimensão técnico-operativo devido às dificuldades encontradas na realização do trabalho.

Essa ausência de recursos não só faz parte do departamento de habitação do município de Sousa-PB, trata-se de uma realidade presente também em outras instituições. Diante das mudanças significativas na realidade social, o assistente social precisa ser um profissional qualificado, capaz de identificar, compreender a realidade para que possa executar planos, programas, projetos, formulação de políticas públicas embasadas numa teoria metodológica crítica para que possibilite responder em seu exercício profissional junto aos usuários para que eles tenham acesso aos seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, através de todo o levantamento realizado durante a apresentação do trabalho, os problemas relacionados à questão urbana e a política de habitação representa um desafio para o profissional de Serviço Social, tendo em vista as determinações políticas, sociais, econômicas e culturais nesse contexto de capitalismo com a introdução e aprofundamento da política neoliberal que faz com que se agravem as expressões da “questão social”, na qual pode-se mencionar os problemas relacionados a habitação que população vem enfrentando através de políticas focalizadas que não atendem a todos, não tendo um caráter redistributivo, mas sim compensatório como uma forma de amenizar as desigualdades sociais, oriundas de um modo de produção capitalista que é totalmente desigual e competitivo.

Nessa sociedade capitalista, o trabalhador quando vende sua força de trabalho, se torna útil para o capital, mas quando isso não acontece, seu valor de uso não é mais válido tornando-se descartável para o capitalismo, pois o mesmo não detém mais dos meios de produção e não tem mais acesso a riqueza produzida, assim esse trabalhador acaba sendo alvo de caridade e de políticas que não atendem suas necessidades. (TEIXEIRA,2008)

Pode-se perceber que com a adoção do projeto neoliberal no Brasil, intensificar-se não só a ausência de moradias como também o desemprego, a pobreza, a falta de acesso aos direitos sociais entre outras problemáticas, trata-se de expressões da “questão social” que a população vivencia cotidianamente. Nesse contexto, as políticas sociais são subordinadas a lógica das políticas econômicas, transformando-se em ações paliativas, assistencialistas e focalizadas, na qual as responsabilidades que deveria ser do Estado são repassadas para a sociedade civil.

Diante desse cenário, tem-se o aprofundamento da degradação do trabalho, ocasionando a precarização do trabalho do Serviço Social não só na habitação, mas nas demais áreas. A questão habitacional é um desafio enfrentado pelos assistentes sociais, pois é necessário para o profissional ter uma compreensão do contexto histórico que os usuários vivem suas contradições e os movimentos da realidade, construindo mediações junto aos mesmos.

Muitos são os desafios para o fortalecimento dessa política, visto que o poder público não consegue responder as demandas, pois a maioria da população ainda vive em condições precárias de moradia.

Esse conjunto de problemas é apresentado aos profissionais de Serviço Social que lutam diariamente com as contradições da problemática urbana que são cada vez mais intensificada nessa sociedade desigual, na qual se vive.

Em face desse contexto de crise que têm impactos diretamente nas políticas sociais e, conseqüentemente, para a população que necessita dos serviços, a exemplo da moradia, muitas são as dificuldades postas a atuação profissional não só na profissão, mas também no âmbito institucional, onde pode-se citar a ausência de recursos que impossibilita de criar condições de forma a superar as dificuldades apontadas.

Foi possível observar na entrevista com a assistente social que a política habitacional embora seja um direito de todo e qualquer cidadão, não é garantido, pois o atendimento das necessidades no que se refere a moradia não está sendo respeitado, o que pode-se ver é um privilégio do direito privado. Percebe-se através da entrevista, que prevalece a lógica política do Brasil de caráter clientelista que deixa de favorecer a população em virtude de interesses pessoais, onde não deveria haver a influência de critérios políticos partidários que interfiram no encaminhamento da política pública, assim o que continua predominando é a política de cabresto do partidarismo em detrimento do atendimento das necessidades da população.

Além disso, ainda pode-se citar a questão da seletividade minimalista das políticas presente no município, na qual o assistente social nessa conjuntura neoliberal como diz Iamamoto (2013) se torna “juiz da pobreza” - trata-se de uma regressão dos direitos sociais.

A assistente social que atua na habitação encontra muitos limites como já citamos anteriormente no capítulo 3, assim cabe a profissional saber articular a dimensão técnico-operativa a partir dos instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano profissional; ser dotada de um referencial teórico (dimensão teórico-metodológica); e uma postura ética profissional (dimensão ético-política), tendo compromisso com o projeto ético político que é pautado na defesa dos interesses dos usuários dentro dos limites no cotidiano institucional. Ainda salientando que o assistente social é um profissional assalariado com autonomia relativa e que depende dos recursos técnicos, humanos e, sobretudo financeiros do empregador

nesse sentido sua atuação é limitada diante das condições objetivas que perpassam o cotidiano. Por isso, a importância da teoria social crítica no exercício profissional, bem como do método, o que permite ter um olhar mais aguçado sobre as conexões genéticas da “questão social”, mas especificamente a problemática da habitação na sociedade do capital.

Através dos levantamentos dos dados da pesquisa, percebe-se que muitos são os problemas enfrentados pela assistente social na habitação em Sousa/PB como a questão político partidária que interfere nas produções de moradia para a população menos favorecida, a sobrecarga de trabalho devido a insuficiência de profissionais na instituição, a falta de transportes para a realização das visitas, a precariedade no atendimento aos usuários, a carência de uma sala adequada. Essas são situações encontradas pelos profissionais do Serviço Social não só na área habitacional, como também nas demais.

Por isso que o profissional de Serviço Social precisa refletir sobre o seu papel na política habitacional, visto que são muitas as demandas que chegam às instituições que são expressões concretas da “questão social” trazidas para a profissão. Assim, pensar em estratégias para o enfrentamento das questões urbanas é fundamental. Sabe-se que muitos são os limites encontrados pela profissão em seu cotidiano de trabalho, mas isso não pode nos deixar impossibilitados de realizarmos nossas atividades, criando possibilidades para a construção de mediações no espaço ocupacional e lutar para que os usuários usufrua-o dos seus direitos articulando- se com sociedade civil e os movimentos sociais.

6. REFERÊNCIAS

AMADO, Camila da Costa Machado. **A atuação do assistente social na Secretaria de habitação em Casimiro de Abreu- RJ.** Disponível em: <http://www.puro.uff.br/tcc/2011-2/camila%20-%20completo.pdf>. Acesso em: 14.11.2015

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 8ed. Cortez: Perdizes-SP, 2000.

BARBOSA, Mario da Costa. **Planejamento e Serviço Social.** 4ed. Cortez- SP, 1996.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação no Brasil.** Análise social, vol. XXIX(127), 1994(3º), p.711-732.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A política habitacional no Brasil(1930-1990).** Periódico de divulgação científica da FALS, Ano I- n.2- Março de 2008.

BRAGA, Andréa Luiza Currallinho; VASCO, Kelly Mengarda; SOUSA, Tatiana de; SAUER, Valquíria Aparecida. **A perspectiva de atuação do assistente social na defesa do acesso a moradia e sua relação com o direito a cidade.** Disponível em: <http://cresspr.org.br>. Acesso em 14.01.2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa oficial, 1988.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS NOB-RH/ SUAS Anotada e comentada- NOB-RH/ Suas. Brasília, 2006.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** Ed.38, Editora Cortez, 2013.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** SS e Sociedade. N. 110. São Paulo. Abril/junho 2014.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social,** 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/680>. Acesso em: 10.12.2015.

Estudo feito pelo Ipea aponta redução no déficit habitacional no país. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em:14.12.2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** São Paulo. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos; 168. 2006.

GADELHA,Julietta Pordeus - **Antes que Ninguém Conte.** ed.1, 1986.

GUERRA, Eliana Costa; GUIMARAES, Maria Clariça Ribeiro; SILVA, Raquel Cardoso. **A questão urbana e a produção acadêmica do Serviço Brasileiro em foco.** Temporális, Brasília (DF), ano.12, n.24, p.191-214, jul/dez. 2012.

GUERRA, Eliana Costa. **Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil Contemporâneo.** Revista Políticas Públicas, São Luís, número especial, p. 257-267, julho de 2014.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **A questão dinâmica de reprodução capitalista.** Argumentum, Vitória (ES), v.5, n.1, p.180-196, jan-jun.2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23.ed.- São paulo. Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 12.12.2015.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados, 2003. Disponível em: WWW.scielo.br. Acesso em: 02.11.2015

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal, 2015.** Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf. Acesso em: 04.01.2016.

MARICATO, Ermínia. **Metrópoles brasileiras, 2015.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em: 16.12.2015.

MARICATO, Ermínia. **Cidade sustentável.** Disponível em: <http://www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/Artigos/A%20cidade%20sustent%20avel%20-%20Erminia%20Maricato.pdf>. Acesso: 21.12.2015.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro a cris econômica.** Editora: Vozes, Petrópolis- RJ, 1987.

MARICATO, Ermínia; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade.** In Teoria e Debate, n.º 66, abr-jun 2006.

MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Ed. 29. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx-** 1.ed. – São paulo: Expressão Popular, 2011.

PLHIS- Plano Local de Interesse Social. **Diagnóstico Habitacional do Município de Sousa- PB.** Sousa, 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Revista Serviço Social e Sociedade, n.107, São Paulo Jul/Set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade.**

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; PECHMAN, Robert M. **O que é questão de moradia.** Ed. Nova Cultura/ Brasiliense. São Paulo, 1985.

RONILK, Raquel. **O que é cidade.** Ed. Basiliense. São Paulo, 1995.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana no país. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2008/06/29>. Acesso em: 15.02.2016

RONILK, Raquel. **10 anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana nas cidades da copa do mundo.** Disponível em: http://www7.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia_Basica/Ae01-2015.03.12-rolnik-10_Anos_Estatuto.pdf. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015

SANTOS, Luis Carlos dos. **Método dialético: uma breve incursão.** Disponível em: WWW.icsantos.com.br. Acesso em: 20.01.2016.

SANTOS, Mauricleia Soares dos. **Atual Política Nacional de Habitação: Garantia de direito.** São Luís-MA, 2005

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. Ed. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” Particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Anelino Francisco da. **A relação cidade-campo: como analisá-la?** Imagem Gráfica e Editora-Natal-RN, 1998.

Sociedade e Cultura. **A contribuição do Serviço Social na política urbana.** 11 de fevereiro de 2011. Disponível em: WWW.webartigos.com. Acesso em: 14.01.2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho em tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil.** – São Paulo:Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Social e Sociedade. N. 110. São Paulo. Abril/Junho 2012.

APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Idade_____
2. Instituição que se formou:_____
3. Ano:_____
4. Há quanto está na habitação:_____
5. Se tem mestrado, doutorado ou especialização:_____
6. Qual o tipo de cargo que ocupa? Se é efetivo ou cargo comissionado?

7. Já realizou algum curso de capacitação sobre habitação?_____

II. Perguntas

Tendo como eixos principais: como se encontra organizada a política de habitação do município; as demandas postas a profissão; as dificuldades e desafios de trabalho; as contribuições do Serviço Social para a política de habitação; e como é cotidiano profissional da mesma.

1. Como está organizada a política habitacional do município de Sousa e como se encontra o déficit habitacional?
2. O município tem contrapartida do Estado na produção de moradias? Se não tiver, por que não tem?
3. O plano local de habitação de interesse social é importante no controle do déficit habitacional?
4. Quais as demandas que chegam ao serviço social na habitação?

5. Você consegue identificar as expressões da questão social que chega na habitação?
6. Qual é a população que mais sofre com a carência de moradia?
7. Quais os desafios para a efetivação da política de habitação do município de Sousa?
8. Tem algum tipo de planejamento? A questão partidária interfere?
9. Como é feito o registro de atendimento? É através de anotações?
10. É feito relatório mensal para registrar dificuldades, avanços e metas alcançadas?
11. Você tem dificuldades na habitação?
12. Você tem sobrecarga de trabalho?
13. Quais os limites encontrados por você?
14. Que possibilidades você encontra?
15. Quais as contribuições do serviço social na habitação?
16. Existe algum tipo de acompanhamento, uma participação do beneficiário na execução desse projeto?
17. Fale sobre seu cotidiano profissional;

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa A atuação do serviço social na Secretária de Ação Social- Departamento de Habitação do município de Sousa-PB. Temos como objetivo analisar o limites e possibilidades encontrados pela assistente social na habitação mo município deSousa-PB.

Ao voluntário só caberá a autorização para responder a entrevista e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083)99606-9961 com Cristiana Lopes da Silva
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, lido e assino este termo de consentimento livre e

esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante